

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

O ENSINO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO NA
COOPERATIVA DE PRODUTOS NATURAIS DA
AMAZÔNIA-COPRONAT- NO MUNICÍPIO DE
SILVES/AMAZONAS

ELLEN SILVA DE OLIVEIRA MARQUES

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**O ENSINO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO NA
COOPERATIVA DE PRODUTOS NATURAIS DA AMAZÔNIA-
COPRONAT- NO MUNICÍPIO DE SILVES/AMAZONAS**

ELLEN SILVA DE OLIVEIRA MARQUES

Sob orientação da professora

Dra. Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Setembro de 2019**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M357e MARQUES, ELLEN SILVA DE OLIVEIRA , 1978-
O ENSINO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO NA
COOPERATIVA DE PRODUTOS NATURAIS DA AMAZÔNIA-COPRONAT-
NO MUNICÍPIO DE SILVES/AMAZONAS / ELLEN SILVA DE
OLIVEIRA MARQUES. - Seropédica, 2019.
67 f. : il.

Orientadora: Monica Aparecida Del Rio Benevenuto.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2019.

1. Economia Solidária. 2. Educação. 3.
Cooperativismo. 4. Administração. I. Benevenuto,
Monica Aparecida Del Rio , 1964-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA III.
Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

ELLEN SILVA DE OLIVEIRA MARQUES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 12/09/2019

Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto, Dr. UFRRJ

Janaína de Aguiar, Dra. Examinador Externo à Instituição

Monica de Oliveira Costa, Dra. Examinador Externo à Instituição

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Manoel (in memorian) e Sebastiana, meus primeiros professores no campo da vida e exemplos de amor e solidariedade.

Ao meu esposo e amigo Luís Cláudio Coimbra Marques, pelo companheirismo e apoio incondicional;

Aos meus filhos, Cristhel e Luigi, pelo carinho, amor e pela compreensão nos momentos de ausência.

Às minhas irmãs por me ajudarem a caminhar por este percurso com fé e sabedoria demonstrando que tudo é possível mesmo nas adversidades.

AGRADECIMENTOS

A Deus, esse Pai de infinito amor e bondade que nos concedeu o dom da vida;

Aos meus familiares, pela colaboração dada para que eu pudesse participar das aulas desse mestrado;

Na pessoa de Monaila Carvalho, agradeço a todos da Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia –COPRONAT, no município de Silves/AM, por terem aceitado participar dessa pesquisa e pela solidariedade e dedicação prestada a mim e meus alunos, pois, em nenhum momento impuseram barreiras que pudessem atrapalhar o desenvolvimento do presente estudo;

Ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois sem suas Políticas Públicas de inclusão não teria me tornado professora do Instituto Federal do Amazonas e a filha do agricultor não teria se tornado Mestre em Ciências;

Ao IFAM – CITA e ao PPGA- UFRRJ, por aceitarem o desafio de desbravar os rincões do estado do Amazonas levando cursos de formação profissional com a imensa qualidade ofertada;

Ao corpo docente do IFAM-Campus Itacoatiara, pelas substituições durante as semanas de formação, cujos colegas assumiram nossas turmas e auxiliaram no trabalho do Campus na nossa ausência.

A todos os colegas da turma IFAM – 2017/2 PPGA - UFRRJ, pela parceria e respeito, aos colegas do Campus Zona Leste que foram receptivos em nossos encontros no referido Campus, e em especial aos colegas do Campus Itacoatiara Wellington de Arruda Viana e Deilce Muca de Araújo que compartilharam esta caminhada formativa comigo;

À Professora orientadora Dra. Mônica Del Rio Benevenuto, pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos, pela paciência dada e por sempre se mostrar solidária às necessidades que vieram surgindo no decorrer da pesquisa.

Aos alunos do curso Técnico em Administração, por terem vivenciado comigo em sala de aula e nas atividades de campo no decorrer da pesquisa, e juntos, termos enxergado que podemos desenvolver uma administração mais humana.

Às minhas irmãs Professoras Dras. Elisângela Silva de Oliveira e Ethel Silva de Oliveira, pela força, pelo apoio e amizade compartilhados no processo de escrita dessa dissertação;

À querida Daniele Silva de Almeida, pela amizade, atenção e apoio nas correções do trabalho.

RESUMO

MARQUES, Ellen Silva de Oliveira. **O Ensino da Economia Solidária: um estudo na Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia –COPRONAT- no município de Silves-Amazonas.** Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ. 2019. 67f. (Dissertação, Mestrado em Educação Agrícola).

O presente trabalho foi realizado no município de Itacoatiara – AM com alunos do curso Técnico em Administração na forma Subsequente, em uma Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia-COPRONAT, localizada na cidade de Silves - AM. Essa pesquisa foi impulsionada a partir de um duplo interesse entre alunos e a pesquisadora, quando vivenciamos a prática docente na disciplina Associativismo e Cooperativismo no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) – Campus Itacoatiara e abordamos a temática da economia solidária. Assim, os estudantes mostraram interesse em pesquisar os caminhos que a Administração percorre em um empreendimento solidário, e como essas práxis pedagógicas podem construir conhecimentos que convergem e se entrelaçam elaborando novos saberes a partir do diálogo entre essas temáticas. A pesquisa teve como objetivo geral avaliar como o estudo sobre economia solidária realizado com os estudantes do Curso Técnico em Administração, tendo como objeto de investigação a COPRONAT, pode contribuir para sua formação profissional. Os fundamentos que sustentaram o percurso metodológico foram pautados em uma abordagem qualitativa por meio da pesquisa participante. Utilizamos as técnicas de entrevistas, visita técnica, diário de campo e rodas de conversa para coleta de dados, com foco na prática pedagógica para o ensino da economia solidária e o estudo da cooperativa junto aos participantes da pesquisa. Os dados coletados foram analisados à luz da análise textual discursiva. A partir dos resultados obtidos foi possível verificar e compreender a relevância da economia solidária para os estudantes do Curso Técnico em Administração, pois os princípios que a norteiam e a experiência vivida na COPRONAT direcionaram um novo olhar sobre a gestão e os empreendimentos de economia solidária, trazendo a possibilidade de uma formação crítica, profissional, humana e emancipadora diante de uma realidade complexa em constante transformação.

Palavras-chave: Economia Solidária; Educação; Cooperativismo; Administração.

ABSTRACT

MARQUES, Ellen Silva de Oliveira. **The teaching of the Solidary Economy: a study in the Cooperative of Natural Products of the Amazon -COPRONAT- in the municipality of Silves-Amazonas.** Seropédica, Federal Rural University of Rio de Janeiro, RJ. 2019. 67p. (Dissertation, Master's in Agricultural Education).

The present work was carried out in the city of Itacoatiara - AM with students of the Technical course in Administration in the Subsequent form, in a Cooperative of Natural Products of the Amazon - COPRONAT, located in the city of Silves - AM. This research was driven by a double interest between students and the researcher, when we lived the teaching practice in the discipline Associativism and Cooperativism at the Federal Institute of Education Science and Technology of Amazonas (IFAM) - Campus Itacoatiara and we addressed the theme of solidarity economy. Thus, the students showed interest in researching the paths that the Administration travels in a joint venture, and how this pedagogical praxis can build knowledge that converge and intertwine by developing new knowledge from the dialogue between these themes. The research had as general objective: To evaluate how the study on solidarity economy carried out with the students of the Technical Course in Administration, having as object of investigation the COPRONAT, can contribute to their professional formation. The fundamentals that supported the methodological course were based on a qualitative approach through action research. We used the techniques of interviews, technical visits, field diaries and conversation wheels for data collection, with a focus on pedagogical practice for the teaching of the solidarity economy and the study of the cooperative with the participants of the research. The collected data were analyzed in light of the discursive textual analysis. From the results obtained it was possible to verify and understand the relevance of the solidarity economy for the students of the Technical Course in Administration, since the principles that guide it and the experience lived in the COPRONAT directed a new look on the management and the enterprises of solidarity economy, bringing the possibility of a critical, professional, human and emancipatory formation before a complex reality in constant transformation.

Keywords: Solidary Economy; Education; Cooperativism; Administration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais seguimentos dos EES no Amazonas.....	15
Figura 2 - Associação Avive.	26
Figura 3 - COPRONAT.....	27
Figura 4 - Produtos Diversos COPRONAT/AVIVE.....	28
Figura 5 - Organograma da COPRONAT.....	31
Figura 6 – A Semente de Andiroba e B semente de cumaru.....	36
Figura 7 - Breu	36
Figura 8 - Catalogação de manejo	37
Figura 9 - Cadeia Produtiva da COPRONAT.	38
Figura 10 - Formação para Cooperados e Comunitários.....	40
Figura 11 A e B - Macarecuia em Frutificação e Macarecuia madura.....	46
Figura 12 A e B - Velas Macarecuia.	46
Figura 13 A e B - Sala de produção e Sala de embalagem.	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos Empreendimentos de Economia Solidária do Amazonas, 2017.	14
Tabela 2 - Número Total de empreendimentos, de sócios e abrangência territorial no Amazonas – 2005/2017.	16
Tabela 3 - Comparativo dos Empreendimentos de Economia Solidária com status de cadastrado no CADSOL entre os anos de 2013 e 2017, por município do Estado do Amazonas.	16
Tabela 4 - Produção da COPRONAT.....	38

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

COPRONAT – Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

EES – Empreendimentos de Economia Solidária.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais.

AVIVE – Associação Vida Verde da Amazônia.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

WWF – World Wide Fund for Nature.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations.

PFNM – Produtos Florestais Não-Madeireiros.

PLANSEQ-ECOSOL – Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária.

ATD – Análise Textual Discursiva.

PIM – Polo Industrial de Manaus

CADSOL – Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários

CORECON – Conselho Regional de Economia do Amazonas

SRT – Superintendência Regional do Trabalho

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

FUCAPI – Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica

IF'S – Institutos Federais

CITA – Campus Itacoatiara

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas

ICEI – Istituto Cooperazione Economica Internazionale

OCB – Organização da Cooperativas Brasileiras

DML – Departamento de Limpeza

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

MEIs – Microempreendedores Individuais

AF – Agricultores Familiares
PIB – Produto Interno Bruto
L.P – Licença Prévia
SELAPI – Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades com Potencial de Impacto
PJ – Pessoa Jurídica
RG – Registro Geral
CPF – Cadastro de Pessoa Física
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
L.I – Licença de Instalação
SEFAZ – Secretaria do Estado da Fazenda do Estado do Amazonas.
L.O – Licença de Operação
SPU – Serviço de Patrimônio da União
ONGs – Organizações não Governamentais
PFNM – Produtos Florestais não Madeireiros
CETAM – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
PODC – Planejamento, Organização, Direção e Controle
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REVISÃO DE LITERATURA	4
2.1	Fundamentos e Considerações sobre Economia Solidária	4
2.2	Modalidades de Empreendimentos Solidários	7
2.3	O Cenário da Economia Solidária no Amazonas	12
2.4	A Economia Solidária Como Práxis Pedagógica	17
3	METODOLOGIA	22
3.1	O Percurso Metodológico	22
3.2	A Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia – COPRONAT como cenário da pesquisa	24
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
4.1	Vivências e Experiências da COPRONAT	25
4.1.1	Surgimento, estrutura e funcionamento da Cooperativa	25
4.2	Origem dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) da COPRONAT.....	35
4.3	Benefícios para os Cooperados e as Comunidades	39
4.4	Administrando por Meio da Autogestão	41
4.4.1	Visão da autogestão pelos discentes.....	41
4.4.2	Visão do processo produtivo da cooperativa.....	44
4.5	Percepção sobre Economia Solidária	47
4.5.1	O entendimento de economia solidária para o Técnico em Administração	47
4.5.2	Economia solidária na formação do Técnico em Administração	49
4.5.3	Os impactos da Economia Solidária como práxis pedagógica	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
6	REFERÊNCIAS	58
7	ANEXOS	64
	Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	65
	Anexo B - Roteiro de Entrevista	67

1 INTRODUÇÃO

Os desafios planetários vividos nas últimas décadas nos trazem um contexto de análise profunda quanto ao modelo econômico capitalista. Sucessivas descobertas científicas e tecnológicas descortinam um horizonte sombrio para a humanidade, cujos hábitos e valores decorrentes de uma economia exploratória, desigual e individualista convidam ao comportamento e padrões de consumo que exauram rapidamente os recursos naturais não renováveis fundamentais à vida.

Diferentes linhas de pesquisa e investigação confirmam o risco de um colapso global dos ecossistemas em relação à falta de provimentos essenciais para nossa espécie como a água, a terra fértil, a matéria-prima e a energia. Constatamos que a atual crise ambiental sem precedentes na história da humanidade é de responsabilidade exclusivamente humana, na qual grandes impérios econômicos e hegemônicos colaboram com um modelo econômico insustentável gerando relações excludente e injustas.

Neste cenário se apresenta a economia solidária, como modelo contrário ao vigente, recriando outra forma de gerir, produzir, vender e de se relacionar com o outro, trazendo em seus fundamentos valores que contrapõem o da sociedade capitalista. Essa forma de economia foi criada com o pensamento voltado para o fortalecimento de empreendimentos coletivos que possuem em seu alicerce a autogestão, a qual deu início às revoluções locais de nível individual, socioambiental e global, um modelo de organização democrático e igualitário que contrasta com modelos hierárquicos e autoritários que são impostos pelo capitalismo.

Decorrente do exposto, surge a necessidade de inserir esta reflexão no processo formativo dos estudantes de Administração e trazer contrapontos que despertassem o foco da pesquisa com a temática da Economia Solidária, construindo junto aos discentes um processo de ressignificação em torno da relação administração, economia capitalista e solidária, num tripé investigativo, pois, a inserção neste contexto de outra forma de economia possibilitaria uma formação mais crítica na área da gestão, oportunizando novas maneiras de enxergar o mundo do trabalho e suas inter-relações globais.

Como a pesquisadora atua como ministrante da disciplina Associativismo e Cooperativismo, esta motivação se pautou em encontrar nesta temática os caminhos que a Administração percorre em um empreendimento solidário. Assim, nos vimos instigados a pesquisar a temática supracitada e, junto com os discentes verificar como estes conhecimentos podem contribuir para sua formação, haja vista que, no início da referida disciplina, os estudantes não conseguiam associar a Economia Solidária aos conceitos abordados na Administração, de forma a perceber as divergências existentes em seu contexto.

Estudar conhecimentos que divergem em sua essência, mas que podem convergir e se entrelaçar construindo novos saberes a partir do diálogo entre Administração e Economia Solidária e trazê-los para uma experiência onde um empreendimento solidário já fazia parte da vida cotidiana de alguns estudantes do IFAM¹, nos estimulou a investigar sobre o Ensino da Economia Solidária e desenvolver um estudo na Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia-COPRONAT, no Município de Silves-Amazonas. Esta vivência oportunizaria a construção de conhecimentos acadêmico-científicos da realidade local amazônica, onde nossos discentes estão inseridos.

¹ Em nossa sala de aula havia dois estudantes da comunidade São Pedro no município de Silves, e que seus pais eram associados de uma cooperativa que fabricava produtos com matérias-primas da floresta de forma solidária e sustentável, a qual se tornou nosso objeto de estudo.

Deste modo, experienciar o estudo de um Empreendimento Solidário que vai além dos modelos tradicionais da Administração de Empresas, pautados na cooperação e com um foco em uma administração mais humana, onde o outro não é explorado, é proporcionar uma visão crítica e reflexiva aos alunos do Curso Técnico de Administração numa possibilidade de ampliar seus conhecimentos e verificar se os estudos sobre a Economia Solidária podem contribuir, ou não, para sua formação humana e profissional.

Diante do exposto, formulamos o seguinte problema investigativo: *Como o ensino sobre Economia Solidária pode contribuir para a formação do Técnico em Administração na forma subsequente ao tomar como objeto de estudo a COPRONAT?* Assim, a relevância deste trabalho ao estudar sobre a Economia Solidária, consistiu em proporcionar aos discentes uma visão holística sobre diferentes saberes que envolvem os Empreendimentos Solidários, criando possibilidades que vão muito além da economia do capital, pois, uma educação para a cooperação e solidariedade não é apenas uma opção ética, é uma condição humana necessária para o desenvolvimento pessoal e social, contribuindo para a socialização do saber científico, através do trabalho e da convivência coletiva.

Estudar um Empreendimento Solidário, buscando entender como ocorre o processo de gestão, o modo que afeta as populações envolvidas nesta atividade nas dimensões social, econômica e ambiental, torna-se importante para o debate acadêmico e contribui na releitura da realidade amazônica pelo educando, oportunizando-o a dialogicidade com diversas ciências, além da Administração, ressignificando seu próprio saber e sua forma de ver o mundo.

Diante dessa realidade, foram delineados os objetivos que funcionam como elementos balizadores de um processo que se inicia. Para o desenvolvimento da resposta ao problema levantado, se propôs como objetivo geral avaliar como o estudo sobre Economia Solidária realizado com os estudantes do Curso Técnico em Administração, tendo como objeto de investigação a COPRONAT, pode contribuir para a sua formação profissional. Para tanto, se propôs os seguintes objetivos específicos: Identificar os conceitos que embasam a economia solidária, analisando seus fundamentos e aplicações; Conhecer a realidade da cooperativa de produtos naturais da Amazônia; Promover o conhecimento dos discentes sobre o processo de autogestão, organizacional e produtivo de uma cooperativa solidária de produtos naturais da Amazônia; Analisar se os discentes percebem se a prática da economia solidária traz impactos à formação do técnico em administração.

A pesquisa está organizada em três partes: A primeira parte objetiva conhecer a fundamentação teórica da Economia Solidária e seus pressupostos, apresentando uma literatura que discute o referido conceito e permite a compreensão do tema, trazendo também, um aprofundamento sobre esta realidade em relação aos empreendimentos solidários do Estado do Amazonas e a apresentação da COPRONAT, nosso objeto de estudo. Em seguida, vamos refletir sobre a Economia Solidária como práxis pedagógica, observando a necessidade de construir uma Pedagogia da Economia Solidária, em que o ensino de autogestão pode ser um exemplo prático. Para isso, estabeleceu-se o diálogo entre os teóricos que discutem estas questões, incluindo também a educação integral tendo o trabalho como princípio educativo.

A segunda parte demonstra como foi o percurso metodológico da pesquisa, com abordagem qualitativa por meio da pesquisa participativa.

Na terceira parte trazemos os resultados e discussões da pesquisa, na qual os estudantes refletiram sobre o ensino da Economia Solidária em sua vivência formativa. Nela, estão expostas as narrativas dos participantes, suas trajetórias e suas percepções sobre este processo educacional e a relevância em sua formação humana e profissional. Para dar densidade analítica ao conteúdo das narrativas, utilizamos a análise textual discursiva a fim de aprofundar o olhar interpretativo sobre o fenômeno em estudo, e explicitar as manifestações das percepções dos estudantes sobre o problema de pesquisa.

Durante o trajeto investigativo, o estudo revelou que a experiência vivida pelos estudantes do Curso Técnico em Administração, por meio de um empreendimento solidário, foi relevante para seu processo formativo, pois os princípios que norteiam a Economia Solidária direcionaram os discentes para um novo olhar sobre a gestão e o mundo do trabalho, trazendo a possibilidade de uma formação crítica, profissional, humana e emancipadora diante de uma realidade complexa em constante transformação.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A abordagem das múltiplas formas de Empreendimentos Solidários tem como suporte teórico o pensamento de Paul Singer porque, sem dúvida, ajudou a construir um dos mais importantes movimentos de resistência brasileiro, um projeto de emancipação com vistas a enfrentar as desigualdades do mundo do trabalho, a Economia Solidária. Não obstante isso, reconhecemos que esta linha tem muitos e importantes representantes que também reforçam as ideias que constituem as bases de reflexão aqui realizada sobre o respectivo tema.

2.1 Fundamentos e Considerações sobre Economia Solidária

Como se sabe, a crise socioambiental foi o ponto crucial para se questionar o modelo capitalista de desenvolvimento, um sistema que se fundamenta no crescimento econômico acelerado e na exploração dos recursos naturais. A Economia Solidária surgiu de encontro às propostas da lógica do capital, no qual impera a concentração da riqueza numa classe dominante e rica, com base na economia de mercado, com geração de relações excludentes e injustas, as quais são essenciais para a sobrevivência do capitalismo. De acordo com Singer (2002, p. 24) surge no começo da revolução industrial, no século XX, na Inglaterra, através das atuações de Robert Owen², revoltado com a exploração dos trabalhadores. Dá-se início a um novo modelo de organização, e a Economia Solidária nasce em contraponto ao capitalismo selvagem. Como observa Singer (2002) a crítica ao capitalismo feita por Owen será o pano de fundo da Economia Solidária, pois:

esta é a origem histórica da Economia Solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. A figura que sintetizou pensamento e ação nesta fase foi sem dúvida Owen (SINGER, 2002, p.35).

Alguns autores (SINGER, 2002; GADOTTI, 2009; FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004) partilham a interpretação de que o conceito de Economia Solidária permanece em construção, devido à diversidade de atividades que são consideradas como Economia Solidária por serem regidas pelos mesmos princípios. A multiplicidade de conceitos em torno da Economia Solidária, de acordo com Singer (2005), é algo positivo para a própria riqueza do conceito, pois, segundo ele, temos o direito de compreendê-la de acordo com nossos princípios e valores, por isso, existem tantas concepções diferentes.

Para esse autor, seria uma perda dizer que “Economia Solidária é isso e quem não achar isso está errado”, e acrescenta: “nós não sabemos exatamente o que é Economia Solidária, porque na ação nós vamos construindo esse conceito, e é na ação também que ele vai se transformando” (SINGER, 2005, p. 11). Assim, existem várias interpretações sobre tal conceito, entre os quais serão abordados os mais relevantes para o presente trabalho.

Ainda seguindo a visão de Singer (2002), a Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação deste princípio une todos os que produzem numa

² Robert Owen (1771-1858) foi um reformista social galês, considerado um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo. Foi um dos mais importantes socialistas utópicos.

única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. A Economia Solidária, para este autor, não é vista como o fruto da criação intelectual de alguém, mas como uma criação em processo contínuo de trabalhadores contra o capital.

Para Haddad (2005), a Economia Solidária é vista como alternativa às relações de produção capitalista, o que é ratificado por Gutierrez (2003), o qual afirma, que a Economia Solidária é um movimento de natureza política que surge do descontentamento da forma de organização do trabalho utilizadas pelo sistema capitalista.

De acordo com França Filho e Laville (2004), as iniciativas que articulam sua finalidade social e política com o desenvolvimento de atividades econômicas, e que introduzem a solidariedade no cerne da construção de seus projetos, podem ser consideradas como atividades de Economia Solidária. Esses autores conceituam-na também como experiências organizacionais marcadas atualmente como “novas formas de solidariedade”, a qual vem desenvolver outro posicionamento de regulação da sociedade.

A Economia Solidária não é considerada um terceiro setor, mas uma forma de economia que vem interagir com os modelos econômicos dominantes, com o objetivo de produzir “arranjos particulares de princípios econômicos diversos, a fim de submeter à lógica de mercado a outras instâncias da ação organizacional ou coletiva” (FRANÇA FILHO, 2003, p. 17). Assim, a Economia Solidária não pretende apropriar-se da função ou dever do Estado, mas, construir de forma articulada seus propósitos junto ao setor público e com o mercado como instituições de apoio.

O Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2010) traz o conceito de Economia Solidária como sendo: “um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem”.

Neste contexto, as atividades econômicas de Economia Solidária devem ser capazes de sinalizar para um novo modelo de sociedade que não seja pautada pelo paradigma capitalista, o qual é fundamental o lucro e a exploração. Mas, em relações que contemplem a solidariedade que empodera a responsabilidade socioambiental, a generosidade da partilha e da cooperação, em lugar da concentração de riquezas e um consumo consciente e necessário em lugar do consumismo.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2011, p. 01) apresenta sua definição em três dimensões:

- Economicamente, é uma forma de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, por meio da autogestão.
- Culturalmente, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da economia solidária, que não afetem o meio ambiente. Nesse aspecto, trata também da mudança do paradigma da competição para o da cooperação da inteligência coletiva, livre e partilhada.
- Politicamente, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas, nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas, e construído pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da conservação ambiental e dos direitos humanos.

Esse novo modelo de organização coletiva, o qual os sujeitos se unem com objetivos igualitários, difere totalmente dos empreendimentos capitalistas onde as pessoas possuem

interesses individuais. Como afirmam França Filho e Laville (2004, p. 43), “esse pensamento faz eco a um associacionismo operário através de uma organização do trabalho que pretende fornecer a oportunidade de erguer entidades produtivas que inscrevam a solidariedade no coração da economia”.

A Economia Solidária e o Cooperativismo emergem da lacuna gerada pelo sistema capitalista em relação ao fator trabalho-produção-remuneração. Tal lacuna ampliou-se com a expansão global da economia neoliberalista. Desta forma, os trabalhadores encontram no cooperativismo solidário um meio mais justo de produzir e gerar renda. Assim, o Cooperativismo e a Economia Solidária, enquanto práticas que promovem o bem-estar socioeconômico, permitem o estabelecimento de relações humanas mais saudáveis do ponto de vista exploratório.

Em uma sociedade onde prevalecem os valores capitalistas de intensa concorrência, produtividade máxima e hierarquia, a Economia Solidária surge por meio de seus atores buscando construir uma outra forma de organização social, onde trabalhadores edificam em conjunto por meio de suas experiências diárias do trabalho autogestionário, compartilham uma cultura baseada em valores e práticas fundamentadas na solidariedade, cooperação, igualdade e no respeito às diferenças.

Diante do exposto, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2010, p. 01) apresenta os princípios que são fundamentais para a Economia Solidária:

- **Cooperação-** união solidária entre os que possuem objetivos em comum. Onde ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária.
- **Autogestão-** as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos. Os participantes da organização que exercem a autogestão.
- **Dimensão econômica-** sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo. A sua amplitude abrange um conjunto de fatores que possibilitam a eficácia e efetividade de empreendimentos econômicos, tendo em conta os aspectos culturais, ambientais e sociais.
- **Solidariedade-** a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável. A dimensão da solidariedade se expressa na justa distribuição dos resultados, sejam eles positivos ou negativos, nas oportunidades de desenvolvimento, entre outras situações.

Esses princípios são corroborados com o que é apresentado na Carta de Princípios do Fórum Brasileiro (2005), onde é afirmado que a Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica. O modelo econômico solidário recria as relações socioeconômicas com a introdução de práticas inovadoras no processo de

organização da produção e geração de renda para a sociedade, com a finalidade de reduzir as desigualdades sociais, que geram pobreza e exclusão.

Como afirma Gadotti (2009), as práticas de Economia Solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer. Está fortemente ligada à necessidade de formação cultural. Uma transformação profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e o que não é sustentável. A eficiência econômica está ligada não só a valores econômicos, mas também a valores culturais das práticas solidárias.

Segundo este autor, a Economia Solidária, por meio da forma cooperativa e não competitiva de produzir e reproduzir nossa existência, possui um componente educativo incrível. Educar para a cooperação e para autogestão é fundamental para a formação dos sujeitos envolvidos neste tipo de empreendimento, pois é importante compreender sua empresa e administrá-la com bases e princípios solidários e não por meio da mentalidade capitalista como demonstra Singer (2005, p. 16) ao atestar que:

a prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas (...). Essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a economia solidária dê os resultados almejados. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco.

A formação para a gestão colaborativa é para Gadotti (2009) um fator relevante como princípio da Economia Solidária. Por meio da autogestão, todos participam das decisões, independente da função que execute, pois, ao contrário da sociedade capitalista que centraliza as tomadas de decisão, os empreendimentos solidários oportunizam a cultura de decisão coletiva. Essa perspectiva é também reforçada por Xavier (2008, p. 19) ao afirmar que:

o que define a autogestão são as relações sociais democráticas, coletivas e igualitárias, que fazem da produção associada mais do que uma organização econômica, na medida em que se configura em um espaço privilegiado para a experimentação social e a realização de ações pedagógicas no campo político e cultural

A diferença principal entre a Economia Capitalista e a Solidária é o modo como as empresas são administradas. No capitalismo, os empreendimentos são administrados de forma hierárquica sob o modelo de heterogestão, nas quais existem diversos níveis de autoridade. Este formato gerencial se caracteriza pela competição, o qual normalmente não existe cooperação (SINGER, 2002). Partindo desses pressupostos, se levará a reflexão dos estudantes do curso Técnico em Administração, as possibilidades de modelos de gestão, tendo o empreendimento solidário como objeto deste repensar formativo.

2.2 Modalidades de Empreendimentos Solidários

Para auxiliar na identificação das instituições que estão relacionadas à Economia Solidária, analisadas por Singer (2002), como organizações que exercem o modelo de autogestão configuradas por empreendimentos solidários ou coletivos, França Filho e Laville (2004, p. 166) enumeram suas principais características como sendo:

- Pluralidade de princípios econômicos: a centralidade da discussão da economia solidária passa por este princípio, residindo aí o pilar de sua construção, pois está intrínseco nele a construção de “espaços públicos de proximidade”, em que possam ser elaborados e gestados atividades econômicas sociais que aproximem oferta e demanda, aproximem também profissionais, cidadãos e voluntários; a economia solidária vai articular-se com as demais formas de economia, sem portanto caracterizar-se como complemento ou subordinada a qualquer uma delas.
- Autonomia institucional: este princípio busca o reconhecimento de que os empreendimentos de economia solidária são autônomos em relação ao controle de outras instituições, não implicando ausência de articulações, apoios das mais variadas formas; estes apoios podem vir do Estado, de Empresas privadas, de Voluntários, de Organizações Não-Governamentais, não significando perda de autonomia de gestão, de tomada de decisões, de estabelecimento de regimentos internos de operação das práticas da organização.
- Democratização dos processos decisórios: este princípio baseia-se no caráter essencialmente associativo dos empreendimentos ligados à economia solidária; são colegiados que mantêm práticas democráticas de tomada de decisões, constantes dos estatutos, como assembleias dos associados como órgão máximo de deliberação das decisões.
- Sociabilidade comunitário-pública: a economia solidária atua na busca de um equilíbrio entre uma prática de relação de pessoalidade, com uma necessária busca de senso organizativo; é um equilíbrio difícil de ser obtido na prática, pois as tendências recaem na polarização de um dos lados, isto é, ou cai na impessoalidade, com ênfase na organização, ou cai no comunitarismo, com ênfase nas relações pessoais descuidando-se do senso organizativo necessário ao empreendimento.
- Finalidade multidimensional: a questão central neste princípio refere-se ao espaço de articulação de uma multifuncionalidade, em que aspectos sociais, culturais, políticos, ecológicos estão sendo pautados; os empreendimentos solidários não são voltados somente para dentro do núcleo formador, pois articula ações de um coletivo que extrapolam o núcleo original, saindo para questões políticas do entorno, do município, da região ou do país.

Isso demonstra que as organizações solidárias apresentam características precisas e diferentes das empresas que constituem a economia de mercado. Pois, a Economia Solidária compõe-se de empreendimentos que efetivamente tenham essas características e que tem suas práticas norteadas por esses princípios.

A Economia Solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais, cujo processo produtivo é organizado pelos trabalhadores que são gestores da produção e das relações de trabalho e participam do processo decisório. A produção é caracterizada pela solidariedade e pela cooperação, e pode se constituir em formas de cooperativismo e associativismo. Na autogestão, as decisões são tomadas através de assembleias que se reúnem para deliberar em nome dos associados. A partir desse modelo, Moura e Meira (2002) definem os empreendimentos solidários enquanto uma forma de expressão da Economia Solidária que podem assumir o formato de cooperativa, empresa autogestionária, rede, clubes de troca e outras formas de associação para a produção e/ou aquisição de produtos ou serviços. Dentro dos empreendimentos de Economia Solidária - EES, as cooperativas são as referências quando se trata de EES.

Vale ressaltar que apesar das várias modalidades de cooperativas, existem aquelas que não se enquadram nos pressupostos da Economia Solidária, pois se utilizam de prerrogativas

do cooperativismo para não pagar direitos trabalhistas, impostos devido ao Estado e outros dispositivos legais, assim como também aquelas que realizam práticas de subcontratações. Esta espécie de empreendimento não é reconhecida no rol das cooperativas dentro da economia solidária. São consideradas como afirma Santos (2002) como “cooperfraudes”.

De acordo com SEBRAE (2017, p. 01), a cooperativa é uma sociedade de natureza civil, formada por no mínimo 20 pessoas, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns. Os próprios associados, seus líderes e representantes têm total responsabilidade pela gestão e fiscalização da mesma.

Algumas Modalidades de Cooperativas:

- Cooperativas Agropecuárias- reúnem produtores rurais ou agropastoris e de pesca, que trabalham de forma solidária na realização das várias etapas da cadeia produtiva.
- Cooperativas de Consumo- caracterizam-se pela compra em comum de artigos de consumo para seus cooperantes, buscando diminuir o custo desses produtos. Na prática funcionam como supermercados.
- Cooperativas de Crédito (Financeiras)- são sociedades de pessoas destinadas a proporcionar assistência financeira a seus cooperados.
- Cooperativas Educacionais- são aquelas em que pais e alunos se unem para enfrentar a falta de estrutura do ensino público e o alto custo das mensalidades das escolas particulares.
- Cooperativas Especiais (Cooperativas Sociais) - são as cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas, objetivando a organização e gestão de serviços sócio sanitários e educativos.
- Cooperativas de Habitação- são cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social.
- Cooperativas de Infraestrutura- cooperativas cuja finalidade é atender direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infraestrutura.
- Cooperativas de Mineração- cooperativas com finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.
- Cooperativas de Produção- cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias.
- Cooperativas de Saúde- cooperativas que se dedicam à recuperação e preservação da saúde humana.
- Cooperativas de Transporte- cooperativas de prestação de serviços de transporte de cargas ou passageiros em suas várias modalidades.
- Cooperativas de Turismo e Lazer- cooperativas que têm por finalidade prestar serviços e/ou atender direta e prioritariamente o seu quadro social com serviços turísticos, lazer, entretenimento, esportes, artísticos, eventos e de hotelaria.
- Cooperativas de Trabalho- cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e serviços.

As Cooperativas têm por base uma série de princípios, que decorrem dos valores e das características que fundamentam a economia solidária. Conforme Cenzi (2009, p. 22) são eles:

1. Adesão livre e voluntária: as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas são aptas a utilizarem os seus serviços

e assumirem as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, ou de ordem social, política e religiosa.

2. Gestão democrática: são organizações democráticas, controladas pelos seus membros que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes.

3. Participação econômica dos membros: os sócios contribuem equitativamente para o capital das cooperativas e controlam esse capital democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem uma remuneração limitada ao capital integralizado como condição de sua adesão. O excedente é destinado a uma ou mais das seguintes finalidades:

a) Desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de fundos de reserva, parte dos quais, pelo menos, será indivisível.

b) Benefício aos associados na proporção de suas operações com a cooperativa.

c) Apoio a outras atividades aprovadas em assembleia.

4. Autonomia e independência: são organizações autônomas, de ajuda mútua, controlada pelos seus membros. Se essas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros, mantendo sua autonomia. Contudo, deve ficar claro que isso não significa que a cooperativa tenha autonomia para desrespeitar a lei do local onde ela estiver inserida.

5. Educação, formação e informação: promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Também devem informar aos seus associados suas operações.

6. Inter-cooperação: as cooperativas trabalham em conjunto, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, aumentando a força do movimento cooperativo. A integração entre cooperativas pode ocorrer tanto no campo da organização do movimento como na compra e venda de serviços e bens.

7. Interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde estão inseridas, através de políticas aprovadas pelos seus membros.

Outro tipo de empreendimento solidário são as associações que, segundo Cardoso (2014) a Lei nº 10.406/2002, em seu art. 53, afirma que “constitui-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos”. Associação, em sentido amplo, é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados.

As associações assumem os princípios de uma doutrina que se chama associativismo e que expressa a crença de que juntos pode-se encontrar soluções melhores para os conflitos que a vida em sociedade apresenta. Esses princípios são reconhecidos no mundo todo e embasam as várias formas que as associações podem assumir: OSCIP, cooperativas, sindicatos, fundações, organizações sociais, rede de empresas e clubes. O que diferenciaria a forma jurídica de cada tipo de associação são basicamente os objetivos que se pretende alcançar. De acordo com Cenzi (2011, p. 33) os tipos mais comuns de associações são:

- Associações filantrópicas- reúnem voluntários que prestam assistência social a crianças, idosos, pessoas carentes. Seu caráter é basicamente o da assistência social.
- Associações de pais e mestres- representam a organização da comunidade escolar com vistas à obtenção de melhores condições de ensino e integração da escola com a comunidade. Em algumas escolas se responsabilizam por parte da gestão escolar.
- Associações em defesa da vida- normalmente são organizadas para defender pessoas em condições marginais na sociedade ou que não estão em condições de superar suas próprias limitações. Ex.: APAE, Alcoólicos Anônimos.
- Associações culturais, desportivas e sociais- organizadas por pessoas ligadas ao meio artístico, têm objetivos educacionais e de promoção de temas relacionados às artes e questões polêmicas da sociedade tais como racismo, gênero, violência.
- Associações de consumidores- organizações voltadas para o fortalecimento dos consumidores frente aos comerciantes, à indústria e ao governo.
- Associações de classe- representam os interesses de determinada classe profissional e/ou empresarial. Ex.: Associações Comerciais.
- Associações de produtores- incluem-se as associações de produtores, de pequenos proprietários rurais, de artesãos que se organizam para realização de atividades produtivas e/ou defesa de interesses comuns e representação política.

Para melhor compreensão entre associação e cooperativa, Cardoso (2014) observa que a diferença essencial está na natureza dos dois processos. Enquanto as associações são organizações que têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantropia, as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica, seu principal objetivo é viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado.

A compreensão dessa diferença é o que determina a melhor adequação de um ou outro modelo, ou seja, enquanto a associação é adequada para levar adiante uma atividade social, a cooperativa é mais adequada para desenvolver uma atividade comercial em média ou grande escala de forma coletiva.

Essas organizações criam vantagens para seus participantes, satisfazendo suas aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais. Como observa Crúzio (2000, p. 21), as vantagens organizacionais de uma empresa cooperativa são:

- Eliminam a relação entre empregado e empregador uma vez que o associado é o próprio dono da associação;
- Eliminam a figura do intermediário, uma vez que o associado produz e, ele mesmo vende sua produção diretamente ao mercado;
- Permitem que os próprios associados exerçam a direção e a fiscalização da cooperativa;
- Representam coletivamente todos os associados ou as necessidades de todos os associados, considerando-se os objetivos de produção, comercialização ou prestação de serviços para fornecedores, consumidores, governos, comunidades locais etc.;
- Negociam melhores preços, prazos e formas de pagamentos junto a fornecedores, mediante compras em grandes quantidades e reduzem os custos unitários da produção ou aqueles decorrentes da prestação de serviços para terceiros;

- Formam uma central ou federação de cooperativas, a partir da união de pequenas cooperativas singulares de mesma produção ou do mesmo segmento de trabalho, o que facilita a expansão das operações ou atividades para vários municípios, cidades e estados;
- Garantem direitos iguais a todos os sócios, independente das condições econômicas políticas e sociais de cada um, dentro ou fora da associação;
- Possibilitam o desenvolvimento intelectual dos cooperados e de seus familiares por meio da instalação de um comitê educativo.

Neste conjunto de vantagens, o que podemos destacar com bastante relevância é que tudo se processa através do exercício da democracia e da prática da cooperação. Como afirma Meneses (1992, p. 39), “é pela cooperação que as pessoas combinam ou conjugam seus esforços para alcançarem objetivos que beneficie a todos os membros do grupo”. E prosseguindo, enfatiza que “é preciso, compreendê-la, desejá-la e esforçar-se por torná-la ativa dentro de nós, em confronto com os deslizos egoístas e até naturais do ser humano”.

Desta forma, torna-se um privilégio a oportunidade de vivenciar com os sujeitos da pesquisa, a descoberta dos valores da cooperação que é prática tão antiga entre os povos e que está presente no dia a dia, tornando-se atitude obrigatória do cidadão, no sentido de viver mais e melhor com o próximo e com a sociedade como um todo. Como observa Freire (1977, p.48)

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para transformar (...). Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não meça, cujas formas e contornos não discirna; (...) Isto é verdade se se refere às forças da natureza (...) isto também é assim nas forças sociais (...) a realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele o pode fazer.

É sob esse olhar que pretendemos estudar a Economia Solidária, com base nos fundamentos propostos por Singer (2002), França Filho e Laville (2004) buscando entender de forma sistêmica essa realidade, ampliando a compreensão e a percepção do estudante de Administração sobre esta temática em sua formação e na ressignificação de seu próprio saber e na sua forma de ver o mundo do trabalho para além da estreita visão do mercado capitalista. Para isto, o conhecimento sobre os empreendimentos solidários no Estado do Amazonas se faz necessário para a ampliação de seu conhecimento sobre esta realidade local.

2.3 O Cenário da Economia Solidária no Amazonas

O Estado do Amazonas possui em sua divisão geográfica 62 municípios, com uma população estimada, segundo o IBGE (2018), de 4.080.611 habitantes, sendo que na sua capital Manaus se concentra 52% da população, em torno de 2,1 milhões de habitantes. A principal fonte de geração de emprego e renda no Estado se concentra no Polo Industrial de Manaus (PIM), onde percebe a maior atenção por parte do governo. Com isso, as cidades do interior do Amazonas recebem poucos investimentos e alternativas do Poder Público.

As populações que habitam nos municípios interioranos e que compõem a região metropolitana de Manaus passam por várias dificuldades, como a falta de estrutura, as poucas alternativas de empregos formais. Desta forma, encontram na agricultura familiar, na pesca, na produção artesanal as alternativas de trabalho para suprir suas necessidades. Além disso, existem também os desafios logísticos, pois esses municípios em sua maioria só têm acesso

por via fluvial e em algumas situações podem ser horas ou dias de barco até chegarem ao seu destino final, logo, tornando-se oneroso os custos do processo e o escoamento de sua produção.

Com as constantes crises econômicas que vêm se alastrando de forma global, a redução na oferta de vagas de trabalho vem se tornando cada vez mais escassa e restrita. No estado do Amazonas não é diferente, ainda mais com suas peculiaridades regionais. A vida é feita em função dos rios através da pesca e da terra por meio dos pequenos plantios, do extrativismo, da caça e da exploração de outras riquezas da floresta. Todos esses produtos que alimentam e produzem renda ao povo tradicional só conseguem resolver questões imediatas, pois muitos desafios existentes dificultam seu desenvolvimento como os elencados acima. Nesse Estado a história vem provando que para o indivíduo, apesar da resiliência ribeirinha, é mais difícil conseguir prosperar pessoalmente e melhorar a sua qualidade de vida e da sua família se permanecer sozinho.

Esta realidade que afeta os povos da Amazônia abriu espaço para o fortalecimento dos processos coletivos de trabalho e de geração de renda. Nos últimos anos, de acordo com dados do Cadastro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária – CADSOL e o Ministério do Trabalho no Amazonas, existe um segmento expressivo e ainda em expansão de Empreendimentos de Economia Solidária. No Estado existem aproximadamente cerca de 500 empreendimentos cadastrados, envolvendo em torno de 25 mil pessoas nesse tipo de atividade.

Devido a este quantitativo, o Conselho Regional de Economia do Amazonas - CORECON/AM, juntamente com a Superintendência Regional do Trabalho – SRT, inauguraram em março de 2018 a Escola de Formação de Economia Solidária Paul Singer. Tal escola tem a proposta de fortalecer os Empreendimentos Solidários no Amazonas, trazendo reflexões sobre os desafios e perspectivas dessas organizações produtivas, assim como também, sensibilizar os gestores públicos para criação de iniciativas de programas e ações direcionados para o fortalecimento deste público com equidade e justiça.

De acordo com Nascimento (2016), as políticas públicas dirigidas aos empreendimentos solidários do Amazonas mostram grande dificuldade de implementação, pois, como a região tem suas dificuldades de acesso e é complexa em sua sociodiversidade, os recursos direcionados não contemplam os empreendimentos de forma equitativa, ficando mais centrado nos que estão localizados na capital pela questão logística. Mas, apesar das peculiaridades sociais, logísticas e ambientais, a Economia Solidária tem propiciado no Estado, modos de produção e de desenvolvimento local com responsabilidade social e ambiental.

Conforme apontam os estudos descritivos de Cruz e Ramos (2017) sobre Empreendimentos de Economia Solidária no Amazonas, utilizando dados autodeclarados inseridos no sistema CADSOL³ até a data de 15 de agosto de 2017. O parâmetro de interesse é o número de Empreendimentos de Economia Solidária por município do Amazonas. Segundo os pesquisadores, o Estado do Amazonas tem inserido no CADSOL 511 empreendimentos. Destes, 385 (75,34%) já estão cadastrados pelo Ministério do Trabalho, ou seja, já possuem a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário, e 119 (23,29%)

³ O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) foi instituído mediante portaria do Ministério do Trabalho nº 1780, de 19 de novembro de 2014, sendo a identidade da Economia Solidária, em que os empreendimentos nele cadastrados passam pela análise de uma comissão local e, após esse processo, podem receber a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL). Esta declaração é o reconhecimento dos empreendimentos para acesso às políticas de apoio à economia solidária. (MTE, 2015). Para se cadastrar no sistema, é necessário que o empreendimento se encaixe nos critérios definidos a partir da Portaria MTE 1.780/14.

estão em análise ou foram enviados para análise, isto é, estão aguardando a visita da comissão local para verificar se atendem os requisitos exigidos. (Vide tabela 1)

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos Empreendimentos de Economia Solidária do Amazonas, 2017.

Variáveis	N	%	Variáveis	N	%
Situação no CADSOL			Categoria de atividade econômica principal		
Cadastrado	385	75,34	Produção	303	59,30
Enviado para Análise	116	22,70	Comercialização	79	15,46
Em Consulta Pública	4	0,78	Outros	54	10,57
Em Análise	3	0,59	Pertence a povos ou comunidade tradicional?		
Rejeitado	3	0,59	Sim	130	25,44
Localização			Não	362	70,84
Capital	296	57,93	Qual comunidade tradicional?		
Interior	215	42,07	Ribeirinhos	37	28,46
Pessoas Físicas Associadas			Caboclos	30	23,08
Mulheres	11.848	45,82	Povos indígenas	24	18,46
Homens	14.010	54,18	Pescadores artesanais	6	4,62
Total Geral	25.858	100,00	Outros povos e comunidades	33	25,38
Trabalhadores não sócios			Pertencem ou já pertenceram a qual das seguintes categorias sociais?		
Mulheres	2.327	48,88	Agricultores familiares	131	25,64
Homens	2.434	51,12	Artesãos	125	24,46
Geral	4.761	100,00	Outros trabalhadores autônomos	80	15,66
Possui CNPJ			Desempregados	26	5,09
	141	27,59	Catadores de material reciclável	22	4,31
Página na Internet			Outros	11	2,15
	14	2,74	Não se aplica	97	18,98
Aderiu ao Comércio Justo			Principais motivos que levaram a criação do Empreendimento		
	139	27,20	Alternativa ao desemprego	273	53,42
Forma de Organização			Renda complementar	177	34,64
Grupo informal	228	44,62	Desenvolvimento de atividade	117	22,90
Associação	162	31,70	Obtenção de maiores ganhos	117	22,90
Outros	46	9,00	Desenvolvimento comunitário	70	13,70

Fonte: CADSOL, extraído em 15/08/2017

Observamos ainda, na Tabela 1, que mais da metade destes empreendimentos (57,93%) estão localizados na capital - Manaus. Estes empreendimentos beneficiam mais de 25 mil associados, sendo a maioria destes, homens (54,18%). Além de empregar quase 5 mil trabalhadores não sócios. Apenas 27,59% destes empreendimentos possuem CNPJ, sendo que menos de 3% possuem página na internet, e só 27,20% aderiu ao comércio justo. Em relação à forma de organização, há predominância dos grupos informais (44,62%) e das associações (31,70%), sendo a produção (59,30%) e a comercialização (15,46%), as principais categorias

de atividades econômicas destes empreendimentos. Um contraponto importante de se analisar é que, apesar destes empreendimentos se intitularem como de Economia Solidária, é importante lembrar que aqueles que possuem funcionários contratados já se descaracterizam desta definição.

No tocante ao aspecto social da Economia Solidária, 130 (25,44%) destes empreendimentos pertencem a povos ou comunidades tradicionais, sendo estas comunidades compostas, em sua maioria, de ribeirinhos (28,46%), caboclos (23,08%) e povos indígenas (18,46%), que são povos tradicionais da região norte do Brasil. Quanto às categorias sociais, estes pertencem ou pertenceram a grupos de agricultores familiares (25,64%), artesãos (24,46%), outros trabalhadores autônomos (15,66%), entre outros. (Vide Tabela 1).

Quando perguntado por Cruz e Ramos (2017), quais os principais motivos que levaram a criação do empreendimento, para mais da metade (53,42%), um dos motivos foi a busca de uma alternativa ao desemprego, seguido de uma forma de complementar a renda (34,64%), sendo que para 70 (13,70%) deste, o empreendimento é um meio de desenvolver a comunidade local. (Vide Tabela1).

No Amazonas, dentre os principais seguimentos dos empreendimentos de economia solidária, podemos destacar a produção (61,40%), o comércio (31,12%) e a agropecuária (23,29%), conforme Figura 1.

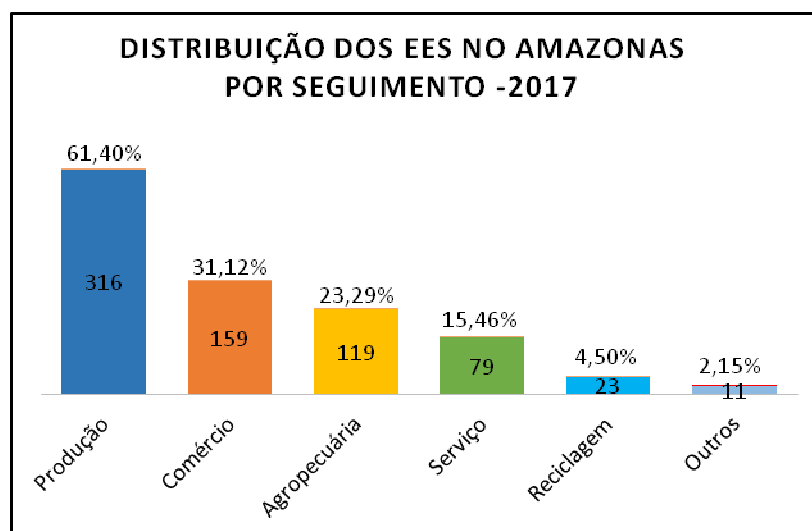


Figura 1 - Principais seguimentos dos EES no Amazonas.

Fonte: CADSOL, dados extraídos em 15.08.2017

No ano de 2005, de acordo com o primeiro Mapeamento de Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, realizado pela SENAES, em parceria com a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAPI), haviam sido cadastrados no Amazonas 304 empreendimentos presentes em 32 (51,61%) municípios do Estado. Em 2013, foi realizado pela SENAES, um novo mapeamento destes empreendimentos, passando o Estado do Amazonas a ter cadastrado 378 empreendimentos, o que representa um aumento de 24,34% no número de empreendimentos cadastrados. Houve, porém, uma redução de 33,64% no número de associados, caindo para 16.589 sócios beneficiados, observou-se também uma redução de 34,38% no número de municípios com empreendimentos solidários, passando para 21 (33,87%) municípios abrangidos, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Número Total de empreendimentos, de sócios e abrangência territorial no Amazonas – 2005/2017.

Ano	Total de		N. de Municípios	% de Municípios
	Empreendimentos	Total de Sócios	Abrangidos	Abrangidos
2005	304	25.000	32	51,61%
2013	378	16.589	21	33,87%
2017	511	25.858	31	50,00%

Fonte: Atlas digital de Economia Solidária no Brasil 2005/2013/TEM e CADSOL (dados extraídos em 15.08.17).

Em referência ao ano de 2017, comparado ao mapeamento de 2013, há 511 empreendimentos inscritos no CADSOL, o que representa um aumento de 35,19%, com 25.858 sócios beneficiados, o que representa um aumento de 55,87% no número de sócios, abrangendo 31 (50,00%) municípios, apresentando um aumento de 47,62% no número de municípios com empreendimento solidário, conforme Tabela 3. Se considerarmos apenas os empreendimentos com status de cadastrado no CADSOL, este número reduz para 385 empreendimentos, o que representa um aumento de menos de 2%, em comparação ao ano de 2013, com 16.924 mil sócios (aumento de 2,02%) e presentes nos mesmos 21 municípios de 2013 (Tabela 3).

Tabela 3 - Comparativo dos Empreendimentos de Economia Solidária com status de cadastrado no CADSOL entre os anos de 2013 e 2017, por município do Estado do Amazonas.

Município	2013		2017	
	N. EES	N. de Sócios	N. EES	N. de Sócios
Anori	4	275	4	275
Autazes	6	135	6	135
Barreirinha	3	520	3	520
Benjamin Constant	5	358	4	224
Beruri	8	1.117	8	1.117
Boa Vista do Ramos	4	672	4	672
Carauari	2	369	2	369
Careiro	9	867	9	867
Iranduba	1	40	1	40
Itacoatiara	35	1.487	35	1.487
Manacapuru	6	399	6	399
Manaus	207	1.846	215	2.315
Maués	10	874	10	874
Nhamundá	6	2.361	6	2.361
Nova Olinda do Norte	5	36	5	36
Novo Airão	6	128	6	128
Parintins	24	3.064	24	3.064
Presidente Figueiredo	7	64	7	64
Rio Preto da Eva	23	1.165	23	1.165
São Sebastião do Uatumã	3	691	3	691
Urucará	4	121	4	121
Total	378	16.589	385	16.924

Fonte: Atlas digital de Economia Solidária no Brasil 2005/2013/TEM e CADSOL (dados extraídos em 15.08.17).

Podemos observar na Tabela 3, o comparativo dos empreendimentos com a situação “cadastrado” no CADSOL, que desde o último levantamento dos empreendimentos de economia solidária realizado em 2013 até o mês de agosto de 2017, no Amazonas, apenas 8 (oito) empreendimentos, sendo todos na capital, receberam a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário, beneficiando 469 sócios. Vale notar ainda, que, nesse mesmo período, houve a redução de 1(um) empreendimento de economia solidária cadastrado no município de Benjamin Constant, o que provocou uma redução 37,43% no total de sócios beneficiados no referido município. Vale ressaltar que em agosto de 2017 seis empreendimentos dos municípios de Amaturá, Borba, Careiro da Várzea, Santo Antônio do Içá, Silves e Tabatinga constavam no CADSOL com o status de documentação enviado para análise.

Neste Contexto, podemos observar que os EES no Amazonas se encontram principalmente na capital e nos municípios que estão em seu entorno, pois, devido à proximidade, o acesso se torna mais fácil aos órgãos e instituições de apoio. E que alguns empreendimentos estão no aguardo da visita da comissão local do CADSOL, para obterem a emissão da declaração que os permitirá ter acesso às Políticas Públicas de apoio à Economia Solidária e a possíveis financiamentos bancários. Vimos que apenas oito novos empreendimentos solidários foram cadastrados desde o ano de 2013 até o ano de 2017, e que todos estes estão localizados na capital. Percebemos também, que seus principais segmentos são nas áreas de produção, comércio e agropecuária, sendo a produção a principal atividade econômica por meio da agricultura familiar, do artesanato e de algumas atividades tradicionais da região por meio de produtos originários da floresta.

Como observa Cruz e Ramos (2017), a ampliação do modelo econômico solidário para os municípios que não possuem este tipo de atividade, bem como o fortalecimento daqueles que já trabalham nesse sistema, é uma forma de oportunizar a organização econômica da população como alternativa para o desenvolvimento econômico local e regional, contribuindo na qualidade de vida, emprego e renda, a partir da organização do processo de produção e comercialização dos grupos locais, de acordo com as especificidades de cada localidade.

Diante do exposto, a construção de novos caminhos possíveis por meio da Economia Solidária no Amazonas se faz necessário e desafiador, em virtude das peculiaridades da região. Visando resgatar esse modelo como princípio catalizador das energias sociais, capaz de afirmar o indivíduo como sujeito e agente do seu próprio destino por meio da resistência na construção de alternativas, e potencializar seu empoderamento social é que apresentamos a Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia – COPRONAT no município de Silves-AM como atividade econômica solidária conduzida pelo tripé da sustentabilidade.

2.4 A Economia Solidária Como Práxis Pedagógica

A realidade que é imposta pelas forças dominantes nos coloca a pensar sobre o tipo de sociedade que objetivamos quando educamos. Segundo Ramos (2007), visamos a uma sociedade que exclui, que discrimina, que fragmenta os sujeitos e que nega direitos; ou se quer uma sociedade que inclui, que reconhece a diversidade, que valoriza os sujeitos e sua capacidade de produção da vida, assegurando direitos sociais plenos? Neste contexto, escolhemos a segunda opção que, em síntese, persegue a construção de uma sociedade justa e integradora, e que por meio da Economia Solidária como práxis pedagógica nos direciona para esse caminho.

Como observa Singer (2005, p. 19), a Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática. E é partindo dessa construção que se pretende trabalhar com os estudantes do curso Técnico em Administração para o desenvolvimento de novas práticas à luz desses conceitos e

dessa pedagogia. É a única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é buscando vivenciá-la. Neste sentido, a prática pedagógica articulada ao que propõe o projeto do ensino integrado, tendo o trabalho como princípio educativo, mostra que o ensino articulado ao trabalho real dos discentes contribui para uma formação humana transformadora.

Por esse viés acrescentam Frigotto (2008), Ramos (2007), Ciavatta (2008), que o trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. É pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e “educativo”.

Assim, ao produzirem os meios de vida pelo trabalho, os seres humanos transformam a natureza e a si mesmos, pois, a atividade prática é ponto primordial no processo de conhecimento, do modo de vida e da conscientização. A Economia Solidária como práxis pedagógica exerce esse papel e vem despertar os sujeitos envolvidos neste processo para os embates que se efetivam no âmbito do conjunto das relações sociais. Trata-se de uma relação que é parte da luta hegemônica entre capital e trabalho. As articulações entre esses conhecimentos oferecem ao educador e ao educando uma rica materialidade como ponto de partida de um método ativo para construir e ampliar o saber.

Como já apresentado, a essência da Economia Solidária é cooperar, viver melhor juntos, ela nos convida a ver as pessoas, o modo de produção e o mundo do trabalho sob outro olhar. Os ganhos são tanto materiais como imateriais, há o empoderamento coletivo dos sujeitos, por isso a educação sob o olhar da Economia Solidária como práxis pedagógica, tendo o trabalho como princípio educativo é essencial para este caminhar na educação profissional. Isto permite concluir que se esta pedagogia fosse aplicada nas escolas em todos os níveis de ensino, teríamos uma nova geração com propósitos congruentes na construção de valores e princípios que hoje não são os dominantes. É preciso mudar a lógica que preside esse modo de existir humano. (GADOTTI, 2009, p.35)

Neste sentido, não se pode conceber uma Economia Solidária sem uma cultura solidária e com formação para a sensibilidade. É importante que os sujeitos percebam que a escolha do melhor caminho deve ser em benefício do conjunto e não do individual. Como afirma Oliveira (2005), as pessoas devem ser estimuladas a cultivar entre elas a reciprocidade, o respeito, a busca de entendimento, procurando conjugar igualdade de direitos e deveres às diferenças, aos traços peculiares de cada um. Combinar de forma adequada as diferenças individuais e igualdade de direitos e deveres, esse é um dos principais fundamentos na cultura solidária, e também, um dos principais desafios da formação fundamentada na Economia Solidária.

Nesta perspectiva, Gadotti (2009) declara que o desenvolvimento humano é resultado de atividades em comum, na evolução da teia da vida. Esse desenvolvimento envolve diretamente trabalho, educação e cultura, o qual os indivíduos para se desenvolverem necessitam da colaboração do outro. Por esse mister, Araújo e Frigotto (2015) observam que ações didáticas integradoras na educação profissional proporcionam a valorização do trabalho coletivo, a problematização e auto-organização como estratégias principais para a formação dos sujeitos solidários, críticos e autônomos. A presente pesquisa pretendeu contribuir na ampliação da compreensão do mundo do trabalho com a totalidade natural e social que os sujeitos estão inseridos.

Como podemos observar o Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária (PlanSeQ-EcoSol, 2006, p.01), indicou alguns elementos metodológicos para a qualificação em Economia Solidária a partir de uma “concepção integral de educação”, com o enfoque metodológico a partir dessa concepção, o qual deve contemplar:

- Uma orientação pedagógico-metodológica que valorize os educandos como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como reconheça e valorize a diversidade cultural, étnica, social, regional e de gênero;
- Um projeto pedagógico que tenha como eixos gerais articuladores os temas do trabalho e da cidadania, para propiciar aos educandos uma articulação virtuosa entre sua inserção no mundo do trabalho e sua participação social e política;
- Uma construção curricular que envolva as dimensões técnico-científica, sócio-política, metodológica e ético-cultural;
- Um projeto de sistematização das atividades formativas; e
- Uma metodologia de indicadores dos resultados quantitativos e qualitativos.

Por isso, Gadotti (2009) aborda a importância da sistematização da prática da Economia Solidária em seu processo formativo como estratégia para seu próprio desenvolvimento. Essa forma de qualificação aprimora a sua formação geral, desenvolvendo a partir de uma visão emancipadora, uma cultura de solidariedade, de paz e de sustentabilidade. Assim, sua qualificação profissional vai além da atualização dos conhecimentos técnico-tecnológicos e gerenciais, e parte para uma formação profissional e social o que contempla as habilidades básicas e específicas no empreendimento de autogestão.

Neste contexto, o ensino da Economia Solidária deve levar em consideração as questões de gênero, o meio ambiente, os direitos humanos, a questão étnica e racial, a formação para a paz, o consumo responsável e a sustentabilidade, relacionando o desenvolvimento sustentável e a economia solidária por meio de uma visão crítica, ampliada e emancipatória, superando a visão fragmentária e linear da realidade, tornando mais possível um projeto de formação transformadora (GADOTTI, 2009).

Conforme demonstra Singer (2002), a economia que envolve o mercado contribui para a produção da competitividade, que gera concentração de capital e riqueza nas grandes empresas. Já a Economia Solidária tem como princípios: a autogestão, a democracia, a solidariedade, a cooperação, o respeito à natureza, o comércio justo e o consumo solidário, fundamentando-se na concepção do trabalho como meio de emancipação humana, através de um processo de democratização econômica, construindo alternativa humanizadora frente à condição alienante e assalariada das relações de trabalho capitalista.

Nesta direção, Frigotto (2001) observa que o projeto societário e educativo do capital apresenta como horizonte uma educação geral e profissional vinculadas a uma perspectiva de adestramento e, acomodação, pretendendo criar um cidadão que pensa e reaja minimamente. Uma formação sob a ótica individualista, fragmentária, tornando-o apenas um mero “empregável” disponível ao mercado de trabalho sob os desígnios do capital em sua nova configuração.

E esta visão é ratificada ao identificar no plano de Curso Técnico de Nível Médio em Administração na Forma Subsequente, os motivos da oferta do referido curso, em que o foco principal é suprir a carência da região na qualificação de mão-de-obra local do município no setor público e privado, vendo neste Técnico uma ferramenta de apoio gerencial ao empresariado local, e a possível probabilidade de empreender conforme os arranjos produtivos locais. Desta forma, o conceito de educação fica reduzido à mercadoria o qual está a serviço da lógica do mercado.

Por isso, a disciplina Associativismo e Cooperativismo presente na grade curricular do curso de Administração, nos trouxe a possibilidade de inserir o estudante no universo da Economia Solidária, pois os seus princípios contribuem para a construção de novos saberes,

além de propiciar ao sujeito novas formas de pensar, de sentir e de agir, contribuindo para a construção de uma formação crítica e emancipadoras.

Neste contexto, é possível que os discentes se apropriem de uma visão sobre economia para além da concepção do capital, com novas possibilidades de conhecimento, favorecendo o diálogo com novas vivências e saberes dos povos da floresta. O estudo sobre os princípios da Economia Solidária traz a preocupação com a formação de capacidade crítica dos estudantes de Administração em relação à teoria de mercado que são abordadas no curso técnico. Isto é, uma capacidade criativa e inovadora de pensamentos e conceitos que permitem desenvolver melhor as habilidades e funções profissionais, as interações e ações coletivas de atores sociais de um mundo necessitado de mudanças e transformações sociais.

Ciavatta (2008) afirma que a educação é uma instituição necessária para incorporar a população a todo tipo de transformação social e efetiva, que se pretenda. Como é sobejamente conhecido, a educação é incapaz de mudar a sociedade desigual em que vivemos, mas ela é uma porta relevante para compreensão dos fundamentos da desigualdade e para a geração de uma nova institucionalidade no país. E direcionar esse olhar sobre a gestão e as organizações aos acadêmicos de Administração concernentes aos empreendimentos da Economia Solidária, traz a possibilidade de uma formação crítica desse sujeito e a superação da visão e compreensão de mundo, diante de uma realidade complexa em constante transformação.

Para compreender e implementar um modelo de gestão na Economia Solidária, é necessário analisar seus princípios e as dimensões que a envolvem. Segundo Andion (2005) as principais dimensões são as sociais, econômicas, ecológicas e a organizacional e técnica. Assim, para a elaboração de um modelo de gestão apropriado nas organizações solidárias é importante levar em conta todas essas dimensões para seu fortalecimento e desenvolvimento dentro de padrões sustentáveis.

A educação precisa ser pensada numa perspectiva complexa, capaz de permitir compreender e viver a solidariedade em diversas dimensões (MORIN, 2001). Como observa Santos (2008), o currículo escolar é mínimo e fragmentado e não oferece através de suas disciplinas, a visão do todo, do curso e do conhecimento uno, nem favorece a comunicação e o diálogo entre os saberes.

Possibilitar aos discentes a visão de que o ambiente é constituído de um sistema complexo através da articulação de diversas ciências e do amálgama de diversos saberes, para conduzir um processo de gestão democrática e sustentável dos recursos naturais, mobilizando a sociedade a reapropriar-se de seu patrimônio de recursos naturais e a autogerir seus processos de produção é contribuir para uma formação integral (LEFF, 2011).

Nesse sentido, podemos afirmar que a Economia Solidária é uma práxis eminentemente pedagógica. É precisamente porque “a Economia Solidária é um ato pedagógico” (Singer, 2005) que temos necessidade de construir uma pedagogia da Economia Solidária. As pedagogias clássicas não dão conta da riqueza dessa nova realidade econômico-política que está se constituindo hoje.

Frente a esta proposta pedagógica, as pesquisas voltadas à Educação Profissional na perspectiva integral contemplará essa nova realidade proposta por Singer, pois, como observam Frigotto (2008), Saviani (2007), Ramos (2007), Ciavatta (2008), Araújo e Rodrigues (2007), a educação deve promover o desenvolvimento integral dos indivíduos (omnilateralidade), que será construído por meio da articulação entre trabalho e ensino para formar homens omnilaterais, ou seja, promover um equilíbrio harmonioso de todas as faculdades intelectuais e práticas.

Como aborda Ciavatta (2008), devemos proporcionar ao estudante horizontes de captação do mundo para além das rotinas escolares, dos limites do estabelecido e do normatizado, a fim de que ele se aproprie da teoria e da prática que tornam o trabalho uma atividade criadora, fundamental ao ser humano.

Formar o estudante para o mundo do trabalho e não tão somente para o mercado é um dos desafios da educação profissional nos Institutos Federais - IF'S, e o ensino da Economia Solidária é uma possibilidade frente à esta realidade no Campus Itacoatiara, ao proporcionar ao aluno de Administração esta experiência. Pois, sendo a escola um espaço de socialização, ela se constitui em um ambiente sociocultural onde o estudante tem a vivência coletiva. Neste espaço, o sujeito deve constituir sua concepção de mundo, de sociedade, do ser humano, de educação, de trabalho (CIAVATTA, 2008).

Além disso, a formação técnica proposta pelos IF'S prevê

“uma formação humana e integral em que o objetivo profissionalizante não tenha uma finalidade em si, nem seja orientado pelos interesses de mercado, constituindo-se em uma possibilidade para um projeto de vida que supere o determinismo social imposto aos filhos dos trabalhadores. A agregação do conhecimento, articulando o conhecimento para uma formação humana, integral e emancipatória” (RAMOS, 2007, p. 07)

Esta é uma das potencialidades que se fomentou junto aos alunos do curso de Administração frente ao que propusemos nesta pesquisa.

Como afirma Freire (1979, p.33), “o desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente”. Esta consciência crítica poderá ser desenvolvida através da cooperativa dando ao aluno a oportunidade de descobrir o valor do trabalho solidário, a grandeza da partilha dos frutos de uma ação conjunta e de produzir um conhecimento democrático, se apropriando de um saber originário das ideias coletivas. Um saber que seja capaz de transformá-lo socialmente.

Assim, o contato com esta realidade ao educando sobre a Economia Solidária por meio do cooperativismo, as implicações do ato de cooperar, cooperação e competição, diferenciações entre autogestão e heterogestão, relações entre indivíduo e coletividade, princípios do cooperativismo, diferentes tipos de cooperativa, entre outros aspectos que envolvam esse objeto de estudo, fomentaram o processo de formação, tendo a Economia Solidária como práxis pedagógica. Pensando a partir da realidade vivenciada na cooperativa foco da pesquisa, que discutimos e refletimos junto aos estudantes a relevância do estudo sobre a Economia Solidária em sua formação.

3 METODOLOGIA

3.1 O Percurso Metodológico

Os momentos que caracterizaram a pesquisa foram norteados pela abordagem qualitativa, por entendermos que a área educacional exige algumas especificidades na relação pesquisador e objeto de estudo. Assim, concordamos com Ghedin e Franco (2011), “de que a educação é um fenômeno integral e complexo, necessitando considerar em seus processos investigativos, o contexto onde está situado o objeto de estudo, seus implicativos e circunstâncias”. Disso decorre que a pesquisa é acompanhada pelo olhar do pesquisador em momentos recursivos.

Adotamos a abordagem qualitativa porque nos possibilitou enfatizar as experiências, sensações e emoções dos próprios sujeitos envolvidos, assim como permitiu ressignificar o ensino da Economia Solidária por meio da pesquisa participante, como uma possibilidade de legitimar a aprendizagem de conceitos pelos sujeitos, focada em uma análise que ultrapasse a observação direta (HAGUETTE, 2001).

Os fundamentos que sustentaram o percurso metodológico utilizado para este estudo consistiram na pesquisa participante que se baseou em processos de participação ativa dos estudantes e da pesquisadora, junto aos cooperados da COPRONAT para a consolidação dos objetivos propostos. “A pesquisa participante é uma alternativa epistemológica em que pesquisadores e pesquisados são sujeitos ativos da produção do conhecimento (VEIGA, 1985, p. 187)” o que possibilitou o desenvolvimento de mecanismos capazes de contribuir com a aprendizagem de conceitos, por meio da interação entre cooperados, estudantes e pesquisadora.

Conforme destacado por Demo (2004, p. 83), outro ponto a salientar sobre a pesquisa participante é que “a prática é forma de conhecimento porque por meio dela testamos conhecimentos vigentes e produzimos novo, bem como dialogamos dinamicamente com a realidade e conosco mesmos, na medida em que também fazemos parte da realidade social”. O conhecimento prático construído com os estudantes ao buscarmos compreender a economia solidária nos levou sabermos relacionar teoria e prática num processo formativo por meio da pesquisa.

No dizer de Demo (2004, p. 93) ao citar Hall (1975), “a pesquisa participante é descrita de modo mais comum como atividade integrada que combina a investigação social, trabalho educacional e ação”, por isto optamos por um caminho em que o processo participativo dos discentes com a pesquisa despertasse elementos reflexivos sobre o processo educativo em sala de aula para a compreensão da importância da economia solidária.

Esta experiência promoveu reflexões importantes sobre economia solidária, economia capitalista, sustentabilidade e valores profissionais necessários para uma administração mais humana e incluyente, promovendo um repensar coletivo frente as temáticas estudadas. Para iniciar o percurso investigativo propusemos a atividade intitulada chá científico, a qual foi desenvolvida em sala de aula como forma de nos apropriar desses conceitos por meio de artigos e livros como forma de embasar a presente pesquisa.

Utilizamos a roda de conversa junto aos discentes com base nos estudos realizados no chá científico, como meio de promover o debate, esclarecendo as dúvidas e fomentando as descobertas, a fim de que quando estivéssemos em campo executando a pesquisa na COPRONAT, os discentes já tivessem conhecimentos acerca dos assuntos quando participando da visita técnica e aplicando a entrevista junto aos cooperados.

Em sala de aula também utilizamos vídeos com documentários e depoimentos de pessoas que participavam de empreendimentos solidários, que relatavam suas experiências proporcionando bons debates com os participantes da pesquisa. Desenvolvemos também, algumas atividades por meio do trabalho em equipe onde os estudantes foram criadores de cooperativas solidárias de várias modalidades, para desta forma, compreendermos o nível de conhecimento adquirido no decorrer da pesquisa e termos um parâmetro de seu aprendizado.

Aplicamos junto aos discentes o desafio da “fábrica de envelopes”⁴, os quais deveriam desenvolver uma estratégia de produção cooperativa, com o objetivo de perceberem a importância da cooperação nesse processo e o valor do outro, dessa forma, vivenciando os princípios da economia solidária. Essas ações tiveram resultados satisfatórios, pois possibilitaram a ampliação dos conhecimentos dos sujeitos envolvidos nesta prática pedagógica.

Esta proposta de pesquisa foi desenvolvida com 20 discentes do terceiro módulo do Curso Técnico em Administração na forma subsequente, do Instituto Federal do Amazonas-Campus Itacoatiara, onde foi avaliada a percepção desses estudantes sobre a relevância do estudo da Economia Solidária na sua formação tendo como objeto de investigação a cooperativa de produtos naturais da Amazônia - COPRONAT.

A entrevista de caráter semiestruturado, foi aplicada pela pesquisadora e estudantes aos 07 (sete) membros da COPRONAT, entre homens e mulheres, perfazendo um total de 18,42% por cento de seu universo para sabermos com os cooperados a respeito de sua experiência na cooperativa, de onde vem a matéria-prima, forma de produção, comercialização, possibilidades e desafios enfrentados, além de outros aspectos que sejam importantes para este estudo, ou seja, como se dá o processo da administração dentro de um empreendimento solidário.

Outro instrumento escolhido para a construção deste estudo foi a observação de caráter participante, pois consiste na participação ativa do pesquisador como membro do grupo (GRESSLER, 2003). Esta observação teve seu registro em diário de campo para conhecer a realidade da COPRONAT, na qual os estudantes receberam orientações prévias para a realização das anotações que serviram de base para a construção das categorias trabalhadas na pesquisa.

A visita técnica foi o instrumento que nos permitiu acompanhar as atividades desenvolvidas no processo organizacional e produtivo da cooperativa, e assim fazer os registros no diário de campo. Segundo Zabalza (2004, p. 11) o diário serve para os estudantes de práticas se conscientizarem de sua experiência na escola, assim como também, um recurso formativo no âmbito da formação permanente.

Para a análise, fundamentamos com Connely e Clandinin (2008), que esta etapa foi a fase em que os textos de campo foram transformados em texto de pesquisa com apoio da interpretação da pesquisadora do que foi relatado pelos cooperados e alunos com apoio na análise textual discursiva (MORAES e GALIAZZI, 2007), de fundamentação hermenêutica (RICOEUR, 2010). Para Moraes e Galiazzi (2007), esse é o metatexto⁵.

⁴ Dinâmica de grupo que mostra a necessidade de união para a equipe, e que o trabalho cooperativo traz melhores resultados em todo o processo produtivo de uma fábrica de envelopes.

⁵ A produção de metatextos consiste na elaboração de textos descritivos e, gradualmente, interpretativos para cada categoria em um processo rigoroso de análise. Para a produção dos metatextos é importante o diálogo com autores e teorias, as quais permitem iluminar o objeto de análise conduzindo a uma nova organização do conjunto de textos analisados.

3.2 A Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia – COPRONAT como cenário da pesquisa

A escolha da COPRONAT para o estudo sobre economia solidária deu-se por meio da aproximação com estudantes do IFAM- Campus Itacoatiara, os quais, junto com seus familiares fazem parte desta cooperativa, e por meio de conversas informais. Em uma visita técnica no primeiro semestre de 2017 da disciplina Associativismo e Cooperativismo foi possível perceber que a mesma coadunava com os princípios e parâmetros fundamentais que embasam o conceito de Empreendimento Econômico Solidário, que de acordo com Gaiger (2003), envolve os seguintes elementos conceituais: democracia, participação, autogestão, cooperação, equidade, auto sustentação e desenvolvimento humano.

Pesquisar esta cooperativa foi considerado de suma relevância e aprendizado para o campo da Administração, posto que experienciar e desenvolver alternativas de gestão e produção sustentáveis, pelo viés, da Economia Solidária é uma possibilidade de estar inserida no mercado capitalista, mas fazendo negócios por meio de uma administração mais humana fundamentada pelo tripé da sustentabilidade. Estabelecer essas conexões para os discentes do curso Técnico em Administração na forma subsequente teve a intenção de despertá-los para o contexto amazônico sob a ótica de empreendimentos que contemplem a promoção de uma dinâmica de desenvolvimento que parte das potencialidades próprias de cada comunidade para promover o benefício coletivo e o desenvolvimento local, tendo nesta experiência por meio da COPRONAT uma práxis pedagógica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados estão divididos em 3 unidades, sendo a primeira “Vivências e Experiências da COPRONAT”, que reponde ao objetivo de conhecer a realidade da Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia, a qual está dividida em três subunidades: 1- Surgimento, estrutura e funcionamento da COPRONAT; 2- Origem dos produtos florestais não madeireiros da cooperativa e 3- Benefícios para o cooperado e a comunidade.

A segunda unidade intitulada “Administrando por meio da Autogestão”, atende ao objetivo de promover o conhecimento dos discentes sobre o processo de autogestão, organizacional e produtivo de uma cooperativa solidária de produtos naturais da Amazônia, em que suas subunidades foram elencadas 1- A visão da Autogestão pelos discentes e 2- Visão do Processo Produtivo da Cooperativa.

A terceira unidade “Percepção sobre Economia Solidária”, que corresponde ao objetivo de analisar se os discentes percebem se a prática da Economia Solidária, traz os possíveis impactos à formação do Técnico em Administração, onde foram elaboradas as seguintes subunidades 1- O entendimento de Economia Solidária para o Técnico em Administração e 2- Economia Solidária na Formação do Técnico em Administração e 3- Os impactos da Economia Solidária como práxis Pedagógica. Ressaltamos ainda que para preservar a identidade dos sujeitos neste trabalho, os participantes da COPRONAT serão identificados apenas como cooperados. E os estudantes do IFAM/CITA serão identificados como participantes.

4.1 Vivências e Experiências da COPRONAT

4.1.1 Surgimento, estrutura e funcionamento da Cooperativa

O mercado de cosméticos naturais à base de plantas, principalmente as da Amazônia, é seguro e crescente (SEBRAE, 2017), tanto no Brasil como no exterior, onde empresas e consumidores estão dispostos a pagar um preço de até 40% acima do normal pela aquisição de produtos naturais amazônicos, de origem certificada, com desenvolvimento ecologicamente corretos e socialmente justos.

As características farmacológicas e cosméticas dos óleos vegetais da Amazônia são conhecidas mundialmente, o que ocasiona uma ampla e forte demanda por parte dos consumidores pelos produtos em cuja fórmula de produção estejam envolvidos esses ingredientes. Isto cria oportunidades para geração de empregos e renda e diversificação pelo uso da floresta, visando sua conservação pelo manejo sustentável não madeireiro, pois como afirma Sachs (2002), a conservação da biodiversidade entra em cena a partir de uma longa e ampla reflexão sobre o futuro da humanidade e precisa ser protegida para garantir o direito das futuras gerações.

Os problemas sociais e ambientais intensificam-se à medida que o capitalismo ganha força e com ele aumentam as desigualdades sociais e a degradação da natureza e este processo acirra o debate sobre o tema. Um dos mais importantes avanços do século XX foi o despertar de uma consciência ambiental e da necessidade de encontrar equilíbrio entre as ações humanas e a conservação do meio ambiente onde vivemos. E que a amplitude dos problemas sociais e ambientais tem se revelado uma poderosa força geradora e propulsora de mudanças em nossa realidade no sentido de integrar os interesses ambientais, sociais e econômicos.

(SACHS, 2002). Deste modo, verifica-se nas últimas décadas a preocupação em torno da sustentabilidade, da renovação, da capacidade de suporte, da resiliência, ou da manutenção dos recursos existentes em sistemas pressionados pelo homem e pela atividade econômica.

Esta preocupação tem levado a um processo de mudança comportamental do consumidor o que tem influência direta sobre as questões extrativistas. Primeiramente, os consumidores passaram a desejar utilizar produtos que respeitasse o meio ambiente, minimizando as agressões durante os processos extrativos. E em um segundo momento, perceberam que a utilização de produtos naturais e/ou orgânicos são melhores para sua saúde e qualidade de vida, bem como para o planeta. Nesta perspectiva, produtos que substituam a base química por matéria-prima originada do extrativismo artesanal em pequena escala que ajude a preservar a natureza tornou-se um apelo de mercado para um novo nicho de consumidores ecologicamente conscientes.

Esse movimento resgata o valor do extrativismo vegetal e o torna um elo entre a sociedade moderna e a natureza, agregando valor econômico a produtos considerados bens comuns⁶, utilizados tradicionalmente por determinadas populações, com sua aplicação ligada à cultura, à religião, às práticas medicinais e aos costumes de cada povo. Entre esses podemos citar os óleos e as essências amazônicas.

Em vista desta perspectiva, um grupo de mulheres, no ano de 1999, fundou a Associação Vida Verde da Amazônia – AVIVE no município de Silves-AM. Este município é localizado na Região Metropolitana de Manaus, no estado do Amazonas. Sua população, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 9.147 habitantes em 2016.

A AVIVE (figuras 1 A, B e C), tem como missão a defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, dos bens e valores culturais, em busca da melhoria da qualidade de vida humana, com especial atenção para as mulheres, no âmbito do bioma Floresta Amazônica. Este grupo de mulheres formado por donas de casa, professoras, mães e esposas, enfermeiras, parteiras e curandeiras, unidas a partir da decisão em utilizar seus saberes sobre plantas e remédios caseiros na produção e comercialização de produtos naturais, passaram a trabalhar no fortalecimento dos seus conhecimentos tradicionais e no resgate cultural sobre a medicina regional. As atividades realizadas na associação proporcionam uma alternativa econômica, para contribuir com a renda de suas famílias e comunitários da cidade de Silves.



Figura 2 - Associação Avive.

Fonte: Acervo da pesquisa (2018)

⁶ Os bens comuns são diferentes tipos de riquezas, recursos, espaços, valores, sistemas, processos e atividades que “pertencem” a grupos ou coletividades e que são ativamente reivindicados, criados, recriados, protegidos e restaurados para o bem e os propósitos coletivos, para gerações presentes e futuras. Os exemplos mais conhecidos de bens comuns estão na natureza: ar, água, terra, florestas e biodiversidade.

Em 2010 a AVIVE transformou-se em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, ampliando sua ação. A associação possui atualmente 33 associados uma coordenação executiva onde três mulheres são representantes legais da entidade, além de uma administração realizada por uma Assembleia Geral, que nomeia um Conselho Deliberativo de sete mulheres. No ano 2000, a AVIVE firmou parceria com o Fundo Mundial para o Meio Ambiente - WWF/Brasil. Nessa época fomentaram o “Projeto Comunitário de Produção Sustentável de Óleos Essenciais e produtos afins no Município de Silves-AM”.

Este projeto envolve a comunidade no estudo e implantação de técnicas e métodos de manejo florestal de Produtos Florestais Não-Madeireiros (PFNM) de espécies nativas, medicinais e aromáticas e desenvolve atividades de educação ambiental e produção de mudas para a reposição florestal nesta região. De acordo com a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), os produtos florestais não madeireiros são produtos para o consumo humano (alimentos, bebidas, plantas medicinais e extratos, como por exemplo, frutas, bagas, nozes, mel, fungos, entre outros); farelos e forragem (campos para pastagem); e outros produtos não madeireiros (tais como cortiça, resinas, taninos, extratos industriais, plantas ornamentais, musgos, samambaias, óleos essenciais, etc.).

O referido projeto ajudou na organização de cursos para qualificação dos associados e comunitários, e no desenvolvimento do primeiro lote de produtos. Como a legislação brasileira não permite que associações sem fins lucrativos atuem na comercialização de produtos, em 2003 a AVIVE fundou a Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia – COPRONAT (figura 3), a qual possui hoje 38 cooperados composto por homens e mulheres. Assim, implementaram um Plano de Negócios e um Estudo de Viabilidade para a produção, comercialização, certificação e uso dos produtos gerados.



Figura 3 - COPRONAT.

Fonte: Acervo da pesquisa (2018)

O objetivo da COPRONAT é focar na produção de cosméticos, velas e perfumaria a partir de matéria-prima da sociobiodiversidade (figuras 4 A, B e C) por meio do trabalho de seus cooperados. Realiza atividades de capacitação técnica; organização e gestão associativa, cooperativa e comunitária; produção e comercialização de produtos naturais. Alguns de seus patrocinadores são o Fundo Amazônia e a Petrobrás, possui parcerias com a Avive, S.O.S Amazônia, IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas,) e ICEI (Institut Cooperazione Economica Internazionale).

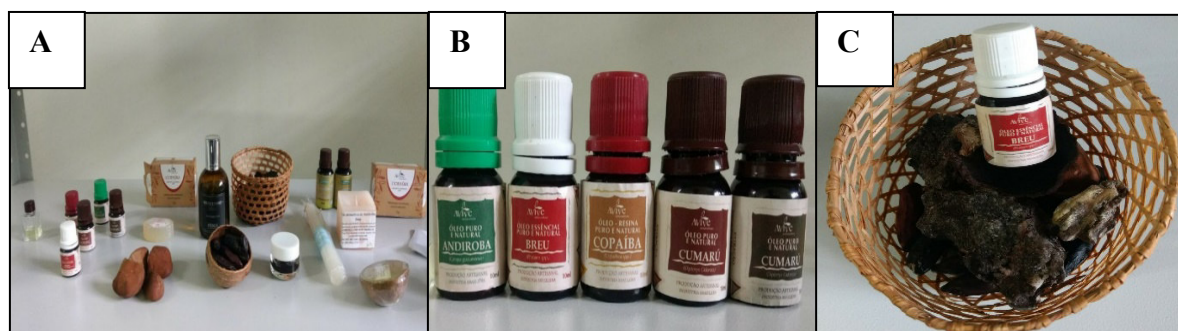


Figura 4 - Produtos Diversos COPRONAT/AVIVE.

Fonte: Acervo da pesquisa (2018)

A criação de Cooperativas tem sido um importante sinal do aumento do empreendedorismo feminino. No Brasil, de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, 52% dos cooperados são mulheres. A entrada da mulher no mercado de trabalho trouxe uma dinâmica diferente nos negócios e isso proporcionou o aumento dos pontos positivos nas organizações.

De acordo com a pesquisa⁷ realizada por Santos (2018), apesar da proporção de mulheres na Economia Solidária no Brasil ser muito próxima da proporção de mulheres na população ocupada brasileira, na Economia Solidária a maior parte das pessoas que ocupam cargos de direção e/ou coordenação no Brasil são mulheres (56%) ao passo que na população ocupada brasileira a maior parte das pessoas que ocupam cargos de direção são homens (63% são homens e apenas 37% são mulheres). Portanto, tal fato não pode ser atribuído a um diferencial na proporção de mulheres na Economia Solidária e na população ocupada brasileira. Em todas as regiões do país excetuando-se a região Sudeste, as mulheres são maioria em cargos de direção e/ou coordenação nos Empreendimentos Econômicos Solidários. A maioria das mulheres que ocupam cargos de direção e/ou coordenação na Economia Solidária no Brasil está concentrada na região Nordeste (47%), depois bem distante vem a região Norte (16%), depois a Sul (14%) e em último a Centro-Oeste (12%). Portanto, as mulheres nos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil têm maior participação relativa nos cargos de liderança (cargos de coordenação e direção) do que na população ocupada brasileira, desta forma, neste quesito, as mulheres têm maior empoderamento relativo na Economia Solidária do que na população ocupada brasileira.

Esses parâmetros mostram que as mulheres não só avançaram no mercado de trabalho, como também buscam unir-se em grupos para se desenvolverem juntas. Em regiões menos desenvolvidas, como no caso da região Norte, as cooperativas permitem às mulheres melhorar a qualidade de vida desenvolvendo uma atividade econômica importante que traz retorno para seu entorno, proporcionando também, autonomia econômica, dignidade e o empoderamento para as cooperadas.

E esta informação procede com a coleta de dados que foi desenvolvida na COPRONAT, pois a mesma surgiu devido à necessidade da AVIVE comercializar e vender seus produtos, pois como a associação, era juridicamente impossibilitada de fazer os trâmites de compra e venda, emitir notas fiscais e negociar sua produção dentro da legalidade, os associados da AVIVE perceberam que só poderiam conseguir realizar a geração de renda das mulheres que participavam da associação se fosse sob o formato de uma cooperativa, foi

⁷ SIMON, V. P.; BOEIRA, S. L. Empoderamento Feminino na Economia Social e Solidária. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO), p. 8, 2016.

quando uma determinada Cooperada de 68 anos, que foi a idealizadora da AVIVE, se organizou com as associadas para iniciar a criação da COPRONAT. Como podemos observar nas falas das entrevistadas abaixo:

“ Ela começou assim, a associação ela é uma associação democrática, não podia remunerar as sócias aí tivemos a ideia de criar uma cooperativa pra poder todas as cooperadas ganharem um pouco, foi por isso que fundaram a cooperativa pra beneficiar as mulheres. Foi com 20 por que tem que ter o mínimo pra poder abrir uma cooperativa não pode ser menos, e atualmente 38 cooperados. A ideia surgiu através de uma senhora que era coordenadora da associação conversando com todos da associação aí a gente resolveu fazer uma cooperativa, foi através da ideia dela, por que como associação não podia remunerar as sócias”. (Cooperada, 40 anos)

“ A criação da cooperativa foi por causa da produção e comercialização, que a Avive não podia remunerar, aí na cooperativa poderia ter um ganho, foi por isso que foi criada para produzir e comercializar. Eram 20 e agora somos 38 cooperados”. (Cooperada, 26 anos)

É notória a unanimidade na fala das cooperadas em afirmar sobre a importância da renda para cada uma delas, como forma de conquista de sua liberdade financeira e de seu espaço por meio do trabalho que desenvolvem na cooperativa. Para muitas mulheres, o acesso ao trabalho e à renda significa a possibilidade de subsistência da família, de maior autonomia dos companheiros, do serviço público ou dos projetos caritativos, bem como uma alternativa para inserirem-se nos espaços públicos. Para as mulheres contemporâneas, o trabalho é uma área central de suas vidas e de sua autorrealização. Obtêm status social, reconhecimento e valorização não somente econômica, senão social e simbólica. Isso lhes dá o poder de viver (LAGARDE, 1996, p. 203).

Como observa Singer (2005), a experiência de vida dos inferiorizados lhes ensina a prática da solidariedade como resposta à necessidade, em situações de perigo ou de extrema carência. A Economia Solidária lhes propõe a solidariedade como prática sistemática, cotidiana, embebida num relacionamento social e econômico especialmente construído para isso.

Como podemos perceber, a Economia Solidária é um espaço que oportuniza a construção dialógica e de vivências, organizada a partir de valores de solidariedade e cooperação, onde os princípios ético-humanitários são centrados no ser humano como sujeito coletivo, e as mulheres vem adentrando o espaço do cooperativismo produzindo e comercializando coletivamente em seus diversos ramos. E este espaço é fecundo para o enfrentamento da exclusão, do trabalho precarizado, da exploração e da dominação de gênero, dando possibilidades para seu empoderamento.

A esse respeito, Singer (2002) traz a reflexão que a construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo, mas passos cruciais já foram dados, etapas vitais foram vencidas. Suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim, não há como olvidar que dezenas de milhares de pessoas já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na Economia Solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo e permite oportunidades.

Neste sentido, a vivência em grupo vem ser um elemento que contribui para esse entusiasmo, pois facilita o diálogo por meio de debates que despertam seus posicionamentos frente à realidade vivida e compartilhada, contribuindo para a elaboração de estratégias de mudança e crescimento profissional e pessoal. Assim, as mulheres têm na Economia Solidária mais um caminho para tornarem-se sujeitos de sua própria existência, pessoas empoderadas que a partir de suas especificidades interferem nas decisões, constroem o seu presente e o seu futuro.

Outro fator importante da pesquisa foi que os entrevistados conhecem a estrutura organizacional da Cooperativa, que é composta pelo Presidente, Vice-presidente, Secretária, Tesouraria e Conselho Fiscal. Além dessa estrutura os cooperados observaram que na COPRONAT existem os grupos de trabalho para os setores de recepção da matéria-prima, produção, embalagem, limpeza, vendas, onde cada membro é designado a uma área, desde o campo, até passado pela produção e a administração. Outro ponto que foi percebido, é a questão de que cada membro da equipe atua no setor que ele possui mais afinidade, além de valorizarem a ajuda mútua entre eles. Assim podemos perceber nas falas a seguir:

“ A gente tem o presidente, o vice-presidente, a secretaria, tem eu, que sou da parte financeira, e os conselhos fiscais e a gente trabalha na fábrica agora com organização de grupos de trabalhos, como a menina falou, ela não se deu bem com a embalagem, foi uma coisa que tivemos que trabalhar, por exemplo não sei embalar, mas quero tá na parte produção, quero tá na envasa de óleo, então a gente teve que buscar cada um conforme eles querem trabalhar. Para cada setor tem uma pessoa responsável, temos setor de entrada de matéria prima, tem o outro que é o DML (Departamento de Limpeza), vem a produção, a embalagem, tem o rapaz que é o químico.” (Cooperado, 26 anos)

“ Tem a turma da administração que faz a parte da gestão, tem a turma que mete a mão na massa e a produção, e no meu caso eu dou apoio venho aqui dá uma força pro pessoal, dá uma ajuda. Tem o grupo de produção, administração e os apoiadores. Tem o presidente, tem o vice, tem o secretário, tem o pessoal que cuida do marketing, faz a divulgação, mas é uma organização, assim normal de uma indústria, que trabalham nessa área está separado perfeitamente todas as ordens se não tiver uma boa gestão não há bons produtos.” (Cooperada, 30 anos)

A estrutura de uma organização é planejada e estruturada seguindo um regulamento interno. Para uma cooperativa, o documento legal que se deve basear é o estatuto social, no qual contém seus objetivos, necessidades de estruturação, funcionamento e orientação do empreendimento. Existe um conjunto de elementos que estão diretamente associados a uma organização, tais como clientes, fornecedores, concorrentes, comunicação social, entre outros. Entretanto, é interessante que seus associados compreendam a estrutura geral da cooperativa a fim de conhecerem todo o seu funcionamento, pois, quanto mais se conhece, mais fácil é elaborar as estratégias de autogestão.

O Quadro Social de uma cooperativa pode ser definido como sendo os “membros da sociedade, ou seja, os cooperados da cooperativa, incluindo os membros do conselho de administração e conselho fiscal” (BOESCHE, 2005, p. 65). A Organização do Quadro Social é a reunião dos cooperados em grupos para discutir as necessidades da cooperativa e suas próprias necessidades, ocorrendo assim a transmissão de informações; é criar a possibilidade

de elaboração e de encaminhamento de propostas de maneira aberta e direta, de forma a possibilitar o intercâmbio entre cooperados e cooperativa, construindo-se uma relação de confiança; é atingir os próprios objetivos na cooperativa; é viabilizar a autogestão, conforme atesta Benato (2002) e Santos et al. (2008). A figura 5 apresenta a organização da COPRONAT.

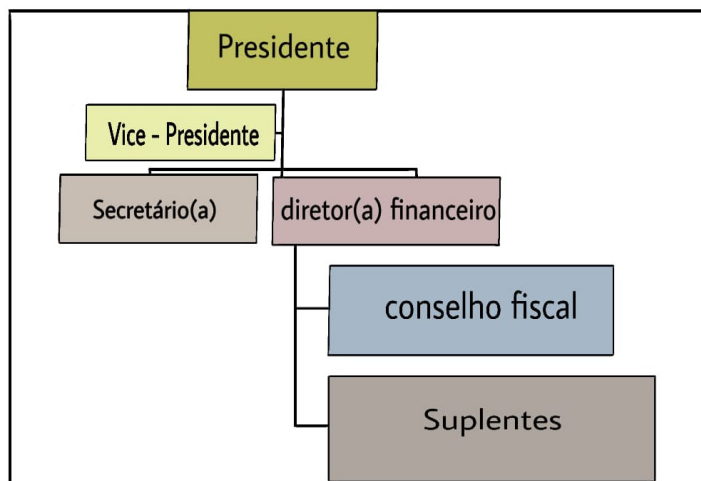


Figura 5 - Organograma da COPRONAT.

Fonte: COPRONAT, 2019.

Toda organização é um sistema e funciona como um conjunto de processos. É fundamental investir permanentemente nas competências específicas para garantir que o processo gere resultado consistente e alcance, de forma satisfatória, os objetivos estratégicos da instituição.

As cooperativas baseiam-se nos valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. O cooperativismo acredita nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e conservação do ambiente para o desenvolvimento sustentado, e durante a pesquisa percebemos entre a diretoria, associados e os projetos desenvolvidos na COPRONAT o cuidado frente a estes valores.

Conhecer os fundamentos do cooperativismo, a história, as propostas filosóficas, econômicas e sociais, de modo a capacitar cada um para exercer suas funções com efetividade e em benefício da cooperativa é relevante para o processo autogestionário. É importante que todos entendam as peculiaridades da cooperativa. O associado deverá saber que têm direitos e obrigações, sendo que a principal delas é a lealdade para com a cooperativa. Informar e formar pessoas dentro dos princípios cooperativistas se torna um fator essencial para sucesso do empreendimento (BENATO, 2002).

A cooperativa torna-se forte quando os associados se organizam, se engajam e assumem seu papel de forma comprometida. A participação do associado no empreendimento cooperativo é fundamental para o sucesso, pois todos devem ter em mente que são os verdadeiros donos do empreendimento. A união é a palavra que define todo o trabalho do cooperativismo desenvolvido pela COPRONAT, e percebemos isto no processo investigativo devido a sinergia entre seus associados.

Verificamos também que, mesmo sendo uma cooperativa de homens e mulheres, sua predominância é feminina. Nos cargos de liderança existe sempre uma alternância entre os gêneros, sendo que sua primeira presidente foi uma mulher, e que mesmo havendo uma alternância à frente da COPRONAT, as mulheres ocuparam mais vezes a presidência da cooperativa. Desta forma, trabalhar junto e em benefício do coletivo, são ações que devem estar sempre à frente do negócio em que se pretende desenvolver, pois somente assim, será

possível a melhoria do negócio socioprodutivo e a geração de renda por meio de uma atividade com os produtos florestais não madeireiros conserve a floresta em pé.

Uma outra informação revelada pelos cooperados foi a respeito das dificuldades enfrentadas para a regularização da COPRONAT frente aos órgãos de controle e fiscalização, tanto ao nível estadual como federal. Foram pontuais em afirmar que a burocracia para uma pequena cooperativa é a mesma para uma grande empresa, e isso na visão dos cooperados é muito injusto, pois, segundo eles, deveria ter isenções ou prazos maiores nas autorizações de documentos para empreendimentos de pequeno porte. Esta afirmativa é perceptível nas falas que se seguem:

“ Desde o início enfrentamos muitas dificuldades, só não desistimos porque temos muita fé e coragem, porque senão já teria parado tudo, os órgãos do governo botam muita dificuldade pra nós que somos pequenos, a mesma dificuldade dos grandes é a nossa, e isso não é justo ”. (Cooperada, 60 anos)

“ Até hoje nós temos muitas dificuldades com os órgãos estaduais, Anvisa, IPAAM, pois toda vez que eles vêm é um custo né, aí toda vez, por exemplo, a licença do IPAAM é de um ano, e ano que vem a gente tem que renovar, aí é muita burocracia, muito custo pra gente. (Cooperada, 26 anos)

Pequenos Empreendimentos de Economia Solidária, Microempreendedores Individuais e Agricultores Familiares geram trabalho e renda para muitos brasileiros, sendo uma importante resposta ao desemprego no Brasil. Cerca de 40% da soma de todos os salários no Brasil é paga pelas micro e pequenas empresas. Elas geram aproximadamente 25% do PIB, o Produto Interno Bruto que é a riqueza produzida por todo o país⁸. Mas suas condições para entrar e se manter no mercado de trabalho são menos favoráveis do que as condições do médio e grande empresário (SEBRAE, 2014).

Na entrevista com os cooperados percebemos que a liberação do Alvará da Vigilância Sanitária emitido pela Anvisa era um dos entraves para a COPRONAT. Como observa a legislação, a Anvisa tem a missão de proteger e promover a saúde evitando o risco sanitário. Segundo a Anvisa, risco sanitário é a probabilidade de os produtos e serviços causarem efeitos prejudiciais à saúde das pessoas e das coletividades. Para a Cooperativa possuir o Alvará, precisava ter um responsável técnico que fosse funcionário contratado ou sócio da cooperativa. Apenas este ano de 2019, conseguiu a liberação deste documento para regularizar sua atividade adequando-se às exigências do órgão.

Os cooperados relataram também sobre a questão da licença ambiental emitida pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM como um entrave para a COPRONAT realizar seu processo produtivo e de comercialização, pois existem os trâmites legais necessários para essa liberação e que apesar da burocracia exigida, é necessário frente à legislação daquele órgão de governo. Conforme consta no site do IPAAM os passos para solicitação de Licença junto ao referido órgão são de acordo com o tipo de necessidade da organização solicitante como exposto a seguir.

1-Para solicitação da Licença Prévia – L. P. (art. 10 do Decreto Estadual nº 10.028/87)

⁸ Dados do SEBRAE 2014. Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira.

1. RB – Requerimento solicitando inscrição no SELAPI e a Licença Prévia – LP (modelo IPAAM);
2. RB – Comprovante de recolhimento da taxa de expediente (modelo IPAAM);
3. RB – Contrato Social ou similar se PJ, contemplando a atividade solicitada (Pessoa Jurídica);
4. RB – Cópia do RG e CPF do representante legal;
5. RB – Área URBANA – Certidão da Prefeitura Municipal, informando que o local e atividade propostas estão de acordo com as posturas municipais, conforme art. 10, § 1º, I do Decreto nº 10.028/87;
6. RB – Distrito Industrial – Comprovante de domínio do imóvel – expedido pela SUFRAMA;
7. RB – Área RURAL Averbação da Reserva Legal (modelo IPAAM no site ipaam.am.gov.br);
8. RB – Memorial descritivo do processo produtivo do desenvolvimento da atividade, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa;
9. RB – Planta de situação/localização do imóvel, com ponto de referência, contendo todos os pares de coordenadas geográficas, legendada e ilustrada, indicando a distância do empreendimento em relação ao curso d'água, tipo de vegetação existente no imóvel, devidamente assinado pelo responsável técnico, acompanhado pela ART;
10. RB – Quando tratar-se de área construída na Cidade de Manaus, apresentar Planta de situação/localização do imóvel, com ponto de referência, contendo 01 (um) par de coordenadas geográficas, legendada e ilustrada, indicando a distância do empreendimento em relação ao curso d'água, tipo de vegetação existente no imóvel, devidamente assinado pelo responsável técnico, acompanhado pela ART;
11. RC – Estudos ambientais, conforme peculiaridade do projeto, características ambientais da área e porte do empreendimento (Decreto nº 10.028/87 e Resolução CONAMA 237/97);
12. RC – Outros (especificar):

2- Para solicitação da Licença de Instalação – L. I. (art. 11 do Decreto Estadual nº 10.028/87)

1. RB – Requerimento solicitando a Licença de Instalação – L I (modelo IPAAM);
2. RB – Comprovante de recolhimento da taxa de expediente (modelo IPAAM);
3. RB – Cadastro da atividade – Indústria e Beneficiamento (modelo IPAAM);
4. RB – Certidão Negativa de Débitos (em vigor), expedida pela SEFAZ-AM, se Pessoa Jurídica;
5. RB – Planta baixa do Imóvel contendo a disposição das instalações, indicando os pontos de emissões e descargas dos efluentes no corpo receptor, com assinatura do Responsável Técnico;
6. RB – Sistema de tratamento de esgoto doméstico/ sanitário (aprovado pelo órgão competente) ou cópia do Habite-se;
7. RB – Projeto arquitetônico, em escala compatível, legendada e ilustrada, contendo área total do imóvel, área do projeto, área de preservação permanente, cursos d'água e as distâncias em metros entre todos os vértices da poligonal, acompanhado de cronograma físico, devidamente assinado pelo responsável técnico, acompanhado pela ART;
8. RB – Projeto de Terraplenagem, devidamente assinado pelo responsável técnico, acompanhado pela ART;;

9. RB – Projeto de Drenagem de águas pluviais (superficial e profundo), devidamente assinado pelo responsável técnico, acompanhado pela ART;
10. RB – Na necessidade de desmatamento/supressão vegetal apresentar Inventário da Flora , devidamente assinado pelo responsável técnico, acompanhado de ART
11. RB – Descrição detalhada do sistema de armazenamento de resíduos oriundos da atividade, quantidade e destino final, devidamente assinada pelo responsável da empresa;
12. RB – Ter atendido todas as exigências / restrições da Licença anterior;
13. RC – Outros (especificar):

3-Para solicitação da Licença de Operação – L. O. (art. 12 do Decreto Estadual nº 10.028/87)

1. RB – Requerimento solicitando a Licença de Operação – LO (modelo IPAAM);
2. RB – Comprovante de recolhimento da taxa de expediente (modelo IPAAM);
3. RB – Cadastro da atividade – Indústria e Beneficiamento (modelo IPAAM);
4. RB – Anuência do Serviço de Patrimônio da União – SPU, se localizado/situado em terras de marinha;
5. RB – Layout (em planta baixa em escala compatível), e ou fluxograma do processo produtivo, indicando equipamentos, materiais e substâncias utilizadas em todas as etapas de fabricação do produto (se pertinente);
6. RB – Ter atendido todas as exigências / restrições da Licença anterior;
7. RC – Outros (especificar):

Frente às documentações exigidas pelo IPAAM, percebe-se a dificuldade dos empreendimentos interessados em seu licenciamento, pois pela quantidade de documentos e outros entraves vivenciados dentro do órgão e as colocações feitas pelos cooperados, ficou evidente a dificuldade da COPRONAT e sua persistência para não desistirem do seu funcionamento dentro das exigências legais para a realização da produção e da comercialização de seus produtos.

Em relação aos principais parceiros e clientes da Cooperativa, as cooperadas pontuaram que sua maioria já possuía relações com a AVIVE, e que migraram para a COPRONAT, sendo que estes parceiros e clientes são a nível regional e internacional, entre eles foram citadas ONGs, empresas brasileiras e empresas do exterior. Por meio das parcerias a cooperativa participava de editais para adquirir maquinários, a construção do prédio e auxílio para a exportação de seus produtos como nos relata as cooperadas:

“ Os principais clientes da COPRONAT são Natura, da região sul, São Paulo, do Acre, Manaus e do exterior”. Tem a ONG SOS Amazônia e tem ONG da Itália.” (Cooperada, 40 anos)

“ Os nossos principais parceiros tivemos aí a Petrobras que construiu a questão do prédio a IVS e SOS Amazônia que equipou tudo aqui, mas esses projetos estão encerrando já, tá quase tudo pronto, temos nossos clientes de algumas regiões do Brasil e uma parte no exterior, principalmente Europa. (Cooperada, 62 anos)

Tanto na economia capitalista quanto na economia solidária a rede de relacionamentos é crucial para seus resultados satisfatórios. As relações internas e externas são essenciais para a

efetivação das ações de cooperação, ao promover a credibilidade, segurança e confiabilidade entre as partes interessadas.

A complexidade do ambiente econômico, social, tecnológico e de negócios, onde as organizações empresariais se inserem, determina novas formas de relacionamentos na busca de alianças e parcerias. Segundo Costa (2012) essas motivações mostram que operar coletivamente é mais eficiente e mais flexível que a atuação individual; a atuação conjunta em uma relação satisfatória entre as partes contribui para a sinergia entre as empresas, podendo gerar algo mais para os clientes, para os fornecedores e para as próprias empresas.

Neste contexto, as relações positivas entre os *stakeholders*⁹ constroem parcerias diferenciadas e rentáveis para ambos. Como afirma Marins (2008), atualmente as empresas só vencerão se fizerem boas parcerias, alianças estratégicas, *joint ventures*¹⁰, enfim, se tiverem espírito de união com seus fornecedores, clientes e com os próprios colaboradores internos.

Como observam os cooperados, suas parcerias foram fundamentais para a efetivação da COPRONAT, pois sozinhos não teriam ido muito longe, pois eles são um Empreendimento Solidário numa economia capitalista, e precisam adentrar o mercado para sua sobrevivência, pois eles sabem que sozinha nenhuma empresa consegue vencer, e as parcerias são fundamentais para o sucesso. No entanto, se elas não forem bem cuidadas em todos os detalhes operacionais, a probabilidade de fracasso é maior.

4.2 Origem dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) da COPRONAT

A busca por produtos e cadeias produtivas socioambientalmente comprometidas traz possibilidades de mercados diferenciados para empreendimentos de base comunitárias e empresas. No setor de cosméticos, por exemplo, há uma demanda crescente por produtos e matérias-primas oriundas de fontes naturais, extraídas de forma sustentável e que fortaleçam as comunidades que moram dentro destes ecossistemas (MORSELLO, 2006; LE TOURNEAU; GREISSING, 2010).

Os PFNMs utilizados pela COPRONAT na produção de seus produtos são oriundos de comunidades parceiras do município de Silves-AM que tiveram capacitação e estudo para o aprimoramento nas técnicas de extração e manejo florestal dos PFNM de espécies nativas (figuras 6 A e B), assim como para a produção, comercialização, certificação e uso dos produtos gerados. Estas informações são bem específicas nas falas das entrevistadas.

“ Os principais insumos vêm das comunidades parceiras que nos fornecem esses materiais como breu, cumaru, andiroba, copaíba, mel de abelha. Mas são todos extraídos dentro das normas de treinamento que recebemos em conjunto pelo projeto da AVIVE.” (Cooperada, 40 anos)

“ Os nossos produtos vêm das comunidades parceiras, a gente tem hoje umas treze ou doze comunidades que disponibilizam resinas,

⁹ **Stakeholders** é o conjunto de parceiros que compõe desde a empresa e todos os interessados que a apoiam como consumidores, funcionários, fornecedores, distribuidores, varejistas, agências de propaganda, cientistas, universitários e outros com quem constrói relacionamentos comerciais mutuamente rentáveis.

¹⁰ **Joint venture** é uma expressão de origem inglesa, que significa a **união de duas ou mais empresas** já existentes com o objetivo de iniciar ou realizar uma **atividade econômica comum**, por um determinado período de tempo. (grifos nossos)

sementes. São não madeireiros. Tem também copaíba, cumaru, resina de breu, pau-rosa, a macarecuia que vem também da floresta e outros produtos... mas a gente faz manejo né (Cooperada, 26 anos)

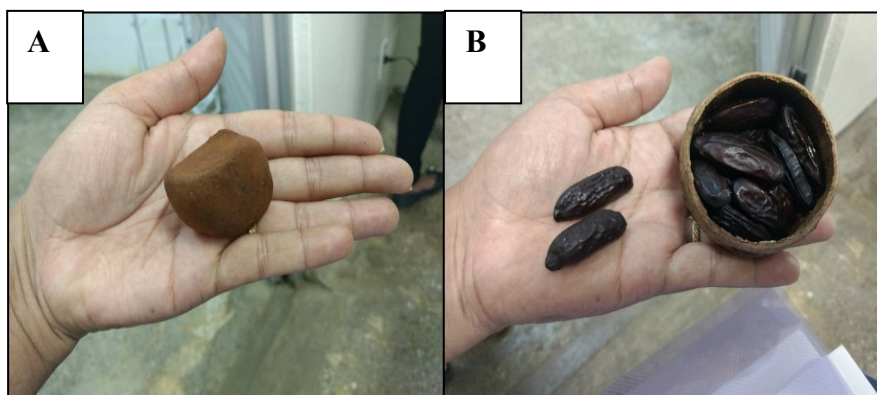


Figura 6 – A Semente de Andiroba e B semente de cumaru.

Fonte: Acervo da pesquisa (2018)

Percebemos nas falas das cooperadas a preocupação com a questão da extração de forma sustentável (figuras 7 e 8), e na referência sobre as comunidades como parceiras, foram bem incisivas quanto a isso, dando a perceber esse cuidado não apenas com a floresta, mas com as pessoas envolvidas nesse processo. Essa preocupação reforça a afirmação de Singer (2002), sobre os valores que são premissas na Economia Solidária como ajuda-mútua, ética, responsabilidade social e a conservação do meio ambiente, mostrando que a produção associada gera valores solidários, participação, autogestão e autonomia.



Figura 7 - Breu

Fonte: Acervo da Pesquisa (2018)



Figura 8 - Catalogação de manejo

Fonte: Acervo da Pesquisa (2018)

Esta questão confirma o que Gadotti (2009) observa sobre Economia Solidária, ao ressaltar que ela não se resume a um produto, a um objeto, mas se constitui num sistema que vai além dos próprios Empreendimentos Solidários. Ela é, sobretudo, a adoção de um conceito que respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e igualdade.

É interessante perceber que as associadas da AVIVE e as cooperadas da COPRONAT buscam aprimorar suas técnicas de produção para manter as características naturais dos produtos florestais que beneficiam. A qualidade e agregação de valor são garantidas pelas práticas em toda cadeia produtiva, desde a realização de inventários florestais nas áreas de fornecedores de matéria-prima, na elaboração de uso para cada espécie, adesão de boas práticas de manejo e produção, organização para a certificação orgânica, produção de óleos 100% puros e naturais e a utilização de processos artesanais de produção.

De acordo com as cooperadas os produtos mais vendidos pela cooperativa são os óleos e sabonetes, sua procura é bem maior que os outros que são produzidos como podemos verificar nas falas:

“ Os mais produzidos são os óleos, breu, cumaru, copaíba, andiroba, são os que saem mais, são os óleos mesmo, aí os sabonetes, mas são mais pra fora, as demandas são mais no sul e na Alemanha. As sobras a gente vende localmente, tem uma loja na Avive ali na associação, a gente vende também pra cá, no comércio local.” (Cooperada, 32 anos)

“ Nossos produtos são sabonetes, velas, cremes, óleos. Os que são mais vendidos são os óleos e sabonetes (Cooperada, 60 anos)

Os conceitos de produção e comercialização da COPRONAT são fundamentados na produção diversificada da sociobiodiversidade¹¹; produtos sazonais; todas as espécies que são utilizadas pela cooperativa são reflorestadas; sua produção é 100 % local e regional; realizam a destilação de folhas, galhos e resinas; extração de óleos vegetais de sementes florestais. A figura 9 demonstra esse processo, e suas vendas são baseadas no comércio responsável e justo.

¹¹ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Sociobiodiversidade entende-se por sociobiodiversidade a relação entre bens e serviços gerados a partir de recursos naturais, voltados a formação de cadeias produtivas de interesse de povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

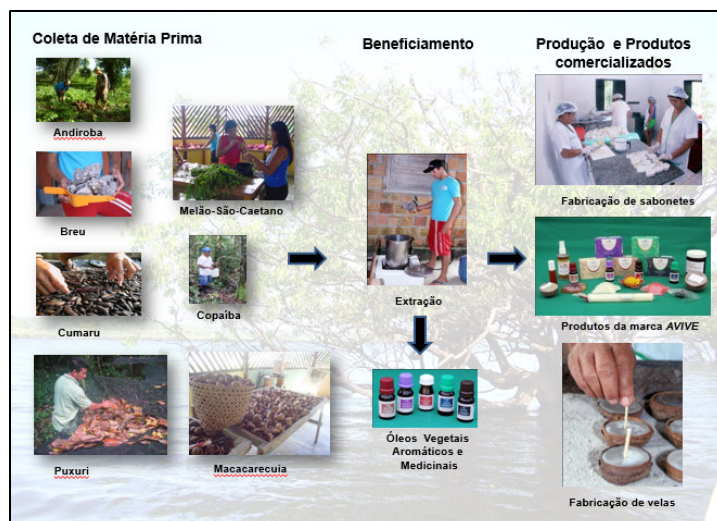


Figura 9 - Cadeia Produtiva da COPRONAT.
 Fonte: Acervo da Pesquisa (2018)

As espécies selecionadas e utilizadas em sua produção são andiroba (*Carapa guianensis Aubl*), breu (*Protium spp.*), copaíba (*Copaifera multijuga*), cumaru (*Dipteryx odorata Aubl. Willd.*) macacarecuia (*Eschweilera tenuifolia*), melão-são-caetano (*Momordica charantia L.*), pau-rosa (*Aniba rosaeodora Ducke*), preciosa (*Aniba canelilla (Kunth) Mez*), puxuri (*Licaria puchury-major (Mart.) Kosterm*) conforme Tabela 4:

Tabela 4 - Produção da COPRONAT.

Capacidade de Compra	Kg/Ano	Capacidade de Produção	Kg/Ano	Outros Produtos	Quant.
Sementes	500 kg	Óleo de Andiroba	35 kg	Sabonetes 70 g	3000/mês
Resina	3.600 kg	Óleo de Breu	120 kg	Sabonetes 10 g	5000/mês
Óleo	400 kg	Óleo de Copaíba	400 kg	Velas	5000/ano
Sementes	360 kg	Óleo de Cumaru	60 kg		
Folhas	600 kg	Óleo de Puxuri	15 kg		

Fonte: COPRONAT, 2019.

A produção da COPRONAT é 100% artesanal, 70% de sua mão de obra é feminina, envolvendo também, 133 pessoas de 12 comunidades do município de Silves. A produção sustentável de óleos vegetais e cosméticos naturais como sabonetes e perfumes, velas aromáticas, repelentes e incensos, tornou-se uma alternativa econômica para as mulheres de Silves/Am e famílias parceiras, aplicando e preservando, assim, seus conhecimentos tradicionais e populares sobre plantas regionais amazônicas.

Os produtos fabricados pelas associadas são comercializados pela COPRONAT, e seus preços são praticados dentro dos critérios do comércio justo, fortalecendo as relações comerciais mais justas, solidárias, duradouras e transparentes, como preconiza os valores cooperativistas. A remuneração pelos produtos extrativistas é paga diretamente aos coletores e coletoras. O preço justo pago a eles dignifica o trabalho e contribui para a melhoria e qualidade de vida destas pessoas.

Na Economia Solidária, Singer (2002) ainda destaca que a propriedade é dividida de forma igual entre os trabalhadores, assim como os excedentes produzidos. Esse excedente muitas vezes é investido no próprio empreendimento, contribuindo assim, para que ele cresça e se consolide cada vez mais. A divisão dos recursos da COPRONAT segue a regra abordada

pelo autor, e suas sobras são investidas na formação dos cooperados e nos projetos que são desenvolvidos nas comunidades parceiras, assim como também, na melhoria da cooperativa

4.3 Benefícios para os Cooperados e as Comunidades

Os empreendimentos solidários buscam fortalecer suas atividades por meio da aplicabilidade de seus princípios nas cooperativas e associações, pois seus objetivos só serão alcançados se os mesmos forem seguidos. Segundo Antonialli (2000), o ponto fundamental nas cooperativas é encontrar o equilíbrio entre três diferentes níveis de interesse de seus associados: o econômico, o social e o político. Logo, por meio da Cooperativa os cooperados obtêm esses benefícios, além de facilidade na obtenção de crédito; garantia de venda dos produtos; insumos mais baratos; qualificação de seu produto; assistência técnica, isenção de tributos, entre outros.

Como afirma Meireles (1981), na administração de uma cooperativa deve-se levar em conta o envolvimento deste tipo de organização com metas específicas, relacionadas com a filosofia, valores e legislação próprios do cooperativismo. As cooperativas não visam lucro enquanto organização, mas, visam atender aos objetivos sociais e econômicos dos seus associados. Podemos concordar com essa afirmativa por meio do posicionamento das cooperadas em relação aos benefícios percebidos para os cooperados e para a comunidade quando dizem:

“ Na comunidade ganharam muito, porque eles extraíam a matéria e não estavam nem aí e iam derrubando, cortando... E com a chegada da AVIVE e da COPRONAT não, eles estiveram estudo, eles foram passando por um processo de como extrair óleo... O que a gente vê hoje foi que eles cresceram muito, tanto financeiro como socialmente. Eu antes de entrar na AVIVE, eu não conversava com ninguém a minha vida era em casa. Agora é diferente, já tive muita oportunidade não só em Silves, mas como de sair e mostrar nosso trabalho. Ganhamos um prêmio em 2005 de mulher empreendedora que foi eu que fui lá representar e tinha 790 mulheres e nós ganhamos, foi pelo SEBRAE. Hoje nós somos valorizadas. ” (Cooperada, 62 anos)

“ Foi o empoderamento das mulheres, elas ganharam independência. Lembro quando eu cheguei em Silves, quando elas estavam começando a formar. Elas tinham problemas muito sérios, principalmente as senhoras casadas com seus maridos, que eles não concordavam que tivesse essa independência, ganhamos independência financeira, como pessoal e social. Como se garantir como mulher dentro da associação. Porque eles aprenderam, a AVIVE e a COPRONAT disponibilizam cursos trazendo o CETAM, a UFAM e órgãos como IBAMA, vieram técnicos, SEBRAE, eles proporcionavam cursos pra essas pessoas: como trabalhar a própria árvore, a própria natureza e sem desperdício e sem agressão. Com isso, eles aprenderam e veio o desenvolvimento social e financeiro porque melhorou a qualidade de vida deles. Aprendeu a conviver junto a natureza sem destruir. A AVIVE e COPRONAT foi uma escola pra muita gente. (Cooperada, 60 anos)

Nestas falas, encontramos mulheres que se reinventaram após sua inserção na AVIVE e na COPRONAT, se uniram por meio associativo e cooperativo, alcançando o

reconhecimento de familiares, de seu município e das instituições de pesquisa e formação por meio de seu próprio trabalho. Conquistando seu empoderamento, desenvolvimento pessoal, social e financeiramente, neste espaço, onde a economia solidária teve o papel de despertar o potencial colaborativo das associadas por meio do cooperativismo, mediante a participação democrática, tomada de decisões, autonomia, da inclusão no mundo do trabalho por intermédio de uma atividade econômica realizada por elas.

Como demonstra Gadotti (2009), a Economia Solidária destaca-se como um rico processo em curso, regido pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão social e da emancipação. Ela representa uma grande esperança de transformação do modo como produzimos e reproduzimos nossa existência no planeta. Na verdade, a inclusão social vivenciada por essas mulheres, não é apenas social, ela é necessariamente, também uma inclusão econômica e tecnológica. Numa ótica transformadora, a inclusão com qualidade social deve respeitar e valorizar as diferenças, e ainda, possibilitar maiores esperanças de emancipação.

É significativa também em suas opiniões, a questão de quanto às comunidades que são parceiras da COPRONAT se desenvolveram junto com elas, em uma relação onde todos foram beneficiados, pela geração de renda, pelo conhecimento, pela formação com a chegada das instituições de pesquisa, de capacitação, de financiamento. Alguns exemplos como a UFAM, SEBRAE, e ONGs que lhes proporcionaram a inserção em projetos que oportunizou a troca de saberes, em que os conhecimentos integrados trouxeram resultados sinérgicos entre cooperados, comunidade e parceiros, despertando novas possibilidades em suas vidas, aprenderam que a floresta pode gerar uma economia com desenvolvimento sustentado, sem ser explorada, e que eles fazem parte dessa floresta e que essa relação deve ser de equilíbrio.

Essa afirmativa é colocada por Sachs (2010) ao afirmar que para ser sustentável, o desenvolvimento precisa ser ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável e culturalmente respeitoso das diferenças. Existem diversos modos sustentáveis de viver. E a maneira correta seria viver feliz, bem viver, viver plenamente, em harmonia com o meio ambiente, sem destruí-lo.

Este pensamento é ratificado por Gadotti (2009) quando declara que a Economia Solidária está associada ao desenvolvimento sustentável, e mais precisamente à vida sustentável, porque entende a sustentabilidade como o sonho de bem viver, o equilíbrio dinâmico do outro com a natureza, a harmonia entre os diferentes, princípios estes, também fomentados pela Economia Solidária. Sustentabilidade implica respeito à vida, cuidado diário com o planeta e para com toda a comunidade da vida. Se opõe a tudo que sugere egoísmo, injustiça, dominação política, exploração econômica, e estes pontos tem tudo a ver com a economia solidária. Por isso, a COPRONAT investe na formação de seus cooperados e comunitários quanto a questão da educação ambiental e sustentável como mostra a figura 10.



Figura 10 - Formação para Cooperados e Comunitários.

Fonte: COPRONAT, 2019.

Um ponto importante da pesquisa na cooperativa, em relação às questões interpessoais, percebemos que há uma harmonia entre a equipe. Suas maiores dificuldades são mais na relação documental do que pessoal. Durante as visitas de campo, em nem um momento os cooperados falaram da dificuldade nas relações entre eles. O que foi percebido nas experiências vivenciadas nas visitas à cooperativa e em seus relatos foi a questão do trabalho em equipe e a união entre os mesmos. Não foram abordadas situações de conflito ou divergências de opiniões entre eles, por sinal ficamos impressionados com a ajuda mútua que existe na cooperativa.

Foi pontuado que sem as parcerias dos projetos com instituições parceiras fica difícil a questão financeira. Foi revelado que não conseguem sobreviver somente com os recursos financeiros da COPRONAT, e que a maioria ainda exerce outras atividades para complementar a sua renda além da cooperativa. Afirmaram também, que o apoio da prefeitura poderia ser melhor, onde o governo municipal poderia ver na COPRONAT e na AVIVE possibilidades de desenvolvimento econômico local para o município de forma mais ampliada, pois ambas colaboram socioeconomicamente para a cidade, mas não tem o reconhecimento merecido pelo governo.

Outro ponto importante de salientar é em relação às comunidades parceiras que fornecem os insumos para a produção da cooperativa. O trabalho de conscientização quanto ao processo de coleta sustentável dos produtos é intenso, pois muitas vezes esbarram com atravessadores da região que compram os PFNM sem nenhuma preocupação ambiental sendo essa prática reforçada por muitos comunitários que vendem para eles, já que não tem tanta exigência como faz a COPRONAT.

Assim, vale ressaltar a importância da reeducação de valores para todos os atores que fazem parte de um empreendimento solidário, seja de forma direta ou indireta, pois sabemos que trabalhar uma cultura solidária dentro de uma cultura capitalista é uma postura desafiadora frente a uma sociedade tão individualista, conservadora, intolerante e imediatista. O capitalismo “ensinou” aos indivíduos que deveriam reservar a solidariedade aos relacionamentos pessoais, entretanto, quando adentra o Empreendimento Solidário, entra em conflito, pois nem todos os indivíduos conseguem entendê-lo e se perceber dentro desse outro modelo de produção, coletiva.

Dessa maneira, podemos perceber que para a Economia Solidária existir, se faz necessário um trabalho de reeducação coletiva que para Singer (2005, p. 16) “ representa um desafio pedagógico [...] e o verdadeiro aprendizado dar-se-á com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. ”

4.4 Administrando por Meio da Autogestão

4.4.1 Visão da autogestão pelos discentes

As teorias e práticas de gestão vêm se transformando com o passar dos séculos em decorrência às críticas que as primeiras abordagens tiveram devido à rígida especialização do trabalho, hierarquia, mecanização, a concepção do Homo Economicus, entre outras demandas do ambiente organizacional. Desta forma, disseminaram-se práticas mais participativas, o enriquecimento das tarefas, descentralização, equipes autogeridas, entre outras técnicas gerenciais para suprir essas exigências (MOTA, 2001; MOTA; VASCONCELOS, 2008).

Apesar dessas transformações e novas metodologias de gestão, o mundo dos negócios passou e vem passando por modificações em decorrência da luta constante por justiça e inclusão social, responsabilidade ambiental e a busca pelo desenvolvimento sustentável. Diante desses acontecimentos, lutas e críticas vêm se desenvolvendo dentro da economia

capitalista, novas formas de gestão, produção e consumo, dentre eles, o movimento da Economia Solidária como contraponto à economia vigente, dando ênfase às atividades coletivas locais e de pequenas dimensões, em que possa haver uma efetiva autogestão dos empreendimentos, baseados em relações de solidariedade. A base para a expansão dessas experiências vem em oposição à globalização que dissemina as relações mercantis de forma injusta (DEMOUTER, 2001)

Esta experiência foi vivenciada por estudantes do curso Técnico em Administração que estudam a gestão das organizações dentro dos parâmetros da economia capitalista, mas que tiveram a curiosidade de conhecer como se dá o processo de autogestão dentro de um Empreendimento Solidário e poder fazer uma comparação dos dois tipos de gestão, onde a questão da hierarquia é substituída pela iniciativa autogestionária. Neste percurso podemos perceber admiração em suas narrativas quanto à descoberta deste modelo de gerir um empreendimento quando afirmam:

“ Administrar um empreendimento por meio da autogestão é como trabalhar em equipe, eles trabalham em conjunto, de forma democrática, todos se sentem importante lá na COPRONAT, lá na cooperativa o sentido de vestir a camisa é percebido nas falas dos associados, pelas histórias contadas e nas experiências relatadas por eles. ” (Participante, 22 anos)

“ Por meio da visita na Cooperativa pude perceber o quanto é diferente o clima organizacional naquele local pra uma empresa capitalista, lá todos procuram se ajudar, crescer juntos, porque todos se sentem donos daquele espaço, o cuidar do outro e da empresa é bem visível, eles tomam decisões juntos, e acho que a autogestão faz isso. ” (Participante, 24 anos)

É interessante observar que os discentes em seus relatos nos mostram a questão da autogestão como trabalhar juntos, do comprometimento que é fazer parte da cooperativa, da questão democrática, e isso nos remete aos princípios da Economia Solidária de como a cooperação revela a visão compartilhada do trabalho, dos resultados, de unir forças e evitar a competição. Da mesma forma, a solidariedade é o princípio que trabalha questão da preocupação com todos que fazem parte da cooperativa, envolvendo a sociedade e o ambiente no quesito do cuidado, e da própria autogestão que trata da gestão do empreendimento, das decisões que são tomadas pelos participantes de forma democrática sem prejuízo para a comunidade que a compõe.

Este debate nos traz o entendimento de Singer (2002) sobre a Economia Solidária como um movimento caracteristicamente revolucionário no seu modo de viver e produzir, e a autogestão com base em uma democracia decisória e participativa dentro dos empreendimentos solidários. Desta forma, a Economia Solidária traz o ressurgimento de valores que fazem parte do movimento operário como afirma Nascimento (2003), uma economia moral com seus fundamentos na solidariedade, mutualismo, autonomia e autogestão.

Economia Solidária e autogestão são termos que caminham juntos. Assim, os discentes percebem que as iniciativas autogestionárias são projetos de superação ao modelo capitalista de produção, onde desfaz a relação da economia atrelada ao lucro, à exploração e à dominação, como podemos observar nas seguintes narrativas:

“ O modelo de autogestão é uma boa alternativa, porque não há hierarquia, estimula o consenso, o relacionamento deles e a motivação, já que todos trabalham juntos e buscam objetivos comuns, pois eles são seus próprios patrões. ” (Participante, 27 anos)

“ A autogestão é o modelo ideal pra qualquer empresa, seu objetivo é que todos tenham o mesmo poder de decisão, para que não haja subordinação ou relação chefe-empregado. Vejo a autogestão como solução para a melhor relação social dentro de uma organização, pois, desse modo a opinião de todos tem o mesmo peso ” (Participante, 30 anos)

É importante pontuar que na cooperativa os sócios membros são os donos do patrimônio e os beneficiários dos ganhos. As sobras das relações comerciais estabelecidas pela cooperativa podem, por decisão de assembleia geral, ser distribuídas entre os próprios cooperados. Além disso, há o repasse dos valores relacionados ao trabalho prestado pelos cooperados ou da venda de produtos por eles entregues na cooperativa.

Como aborda Singer (2002), nas cooperativas solidárias todos os trabalhadores são proprietários dos meios de produção, e como proprietários trabalham na cooperativa. Isso corresponde a um dos princípios que nasceu com os Pioneiros de Rochdale, a cada trabalhador é conferido um voto na assembleia, sendo este direito superior em todas as instancias e sobre todas as decisões da cooperativa. Para este autor, esta é condição primordial em que surge a possibilidade da autogestão.

Quando o comando do Empreendimento Solidário é assumido pelos trabalhadores de forma igualitária, é necessário que haja a democratização do saber e das informações gerais da produção, bem como, que as atividades da cooperativa sejam desenvolvidas de forma transparente. Pois, satisfazer esse requisito é vital para que a autogestão tenha sucesso, já que todos os participantes possuem o mesmo peso decisório. Assim, mais relevante que compreender o funcionamento geral das diversas atividades produtivas da cooperativa, o importante é promover o desenvolvimento do raciocínio, da concepção e da postura democrática entre os cooperados a fim de que a assembleia funcione com efetividade, possibilitando a sobrevivência da cooperativa, pois cada associado estará ciente do seu papel.

Por isso, Singer (2002) é categórico ao pontuar que para o desenvolvimento da autogestão é fundamental que os associados desenvolvam a capacidade democrática, participativa, com qualidade, responsabilidade e solidariedade. A esse respeito um discente se posiciona da seguinte maneira:

“ Na minha opinião a autogestão é um modelo que deveria ser adotado muito mais do que é visto hoje em dia, ela ajuda o todo organizacional a ter uma visão muito mais ampla da instrumentalização do recurso que as organizações trabalham para ter. Ajuda as pessoas a terem consciência de onde cada valor é gasto e investido, e contribui na constituição de uma responsabilidade maior. ” (Participante, 35 anos)

Como foi possível observar durante as investigações da pesquisa, os discentes percebem na autogestão a possibilidade da participação igualitária na gestão dos Empreendimentos Solidários, onde os trabalhadores repartem os ganhos, os prejuízos, as responsabilidades, e o poder de decisão dentro da cooperativa, e a liberdade de decisão e ação dos cooperados.

Neste contexto, vimos que a prática autogestínaria só é possível se seus associados buscarem uma formação pautada na cultura solidária e democrática pois, o foco principal da

autogestão não é a eficiência econômica, mas o desenvolvimento humano daqueles que participam do empreendimento. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura, (SINGER: 2002).

Quando os estudantes começaram a ter conhecimento do funcionamento da COPRONAT, por meio da experiência vivenciada junto aos cooperados, perceberam os desafios e as dificuldades no processo documental e organizacional que são enfrentados em seu cotidiano por meio de seus relatos. Mas perceberam também a capacidade de resistir e se reinventarem perante os obstáculos, e a questão da positividade sentida por eles. Ainda neste aspecto para uma discente:

“ As pessoas que participam da COPRONAT são fortes, pois apesar dos problemas que aparecem eles não se deixam abater, principalmente na questão junto a Anvisa e IPAAM, mas que com a ajuda da equipe e dos parceiros eles vão conseguindo vencer, porque está na frente de uma empresa não é tarefa fácil e nem simples. ”
(Participante, 28 anos)

Esta afirmação nos reporta a Druker (1994, p.98), quando este afirma que “gerenciamento é substituir músculos por pensamentos, folclore e superstição por conhecimento, e força por cooperação”. E isto, foi presenciado pelos discentes na COPRONAT, pessoas reunidas em busca de um objetivo que começou pela necessidade de geração de renda, mas os resultados superaram os financeiros. Cooperados que buscaram o conhecimento para atuarem na cooperativa, o que lhes proporcionou o reconhecimento da comunidade interna e externa; que se sentem realizados e felizes por suas conquistas, e pela visibilidade de outras instituições que vão até eles para conhecerem sua história de superação no meio da floresta por meio da cooperação.

4.4.2 Visão do processo produtivo da cooperativa

A produção artesanal tem sido considerada como uma fonte de desenvolvimento econômico e sociocultural devido suas características exclusivas que são formadas pelos seus aspectos formais e funcionais, que incluem sua matéria-prima, técnica produtiva acurada, assim como o envolvimento de valores culturais, sejam eles religiosos, folclóricos ou tradicionais, apresentando aspectos característicos de cada região ou comunidade produtora. Os produtos da COPRONAT estão inseridos nesse processo, pois são objetos produzidos em um contexto proveniente de conhecimento tradicional, com insumos extraídos da floresta de forma sustentável.

Como já apresentado anteriormente, o principal objetivo da AVIVE e da COPRONAT é promover uma alternativa econômica para seus cooperados e comunitários do município de Silves, através da extração sustentável de óleos vegetais aromáticos e a fabricação de produtos afins. Esse processo acontece com a utilização de tecnologias de baixo impacto, manejo sustentável de produtos florestais não-madeireiros e integração de ações de conservação.

No período de visitas à COPRONAT, foi informado aos estudantes sobre como funciona seu processo produtivo, desde as formas de coleta e recebimento dos PFNM até extração dos óleos, a confecção dos sabonetes e demais produtos. Primeiramente foi percebida a questão das boas práticas de coleta que são realizadas pelas comunidades, pois os comunitários participaram de cursos e treinamentos de boas práticas de coleta e armazenamento de sementes com o objetivo de manipular os PFNM de forma segura e

adequada, garantindo a qualidade de cada material vegetal coletado. A esse respeito podemos perceber o posicionamento dos estudantes:

“ A cadeia produtiva de óleos nobres da Amazônia como da andiroba, copaíba, breu, entre outros produtos da cooperativa é importante para o fortalecimento das comunidades e para seu processo de gestão, pois envolve o processo de mapeamento, extração, armazenamento, transporte e comercialização dos produtos de forma sustentável. ” (Participante, 40 anos)

“ A matéria-prima usada pela cooperativa vem das comunidades que são cadastradas e registradas, onde comunitários e associados recebem instruções, cursos, de como realizar as atividades de forma correta e de como fazer a extração desses óleos sem derrubar as árvores e sem prejudicar a floresta. ” (Participante, 33 anos)

Ao interpretar as respostas dos discentes, verificamos como chamaram sua atenção a cadeia produtiva da cooperativa e o manejo florestal que é realizado nas comunidades que fornecem os insumos. Eles perceberam que não são apenas questões econômicas que estão tendo atenção dos sujeitos envolvidos neste processo, mas também as socioambientais como fator primordial, além da produção de forma sustentável, sem agredir a floresta por meio da extração dos produtos florestais não-madeireiros.

Por esse viés, é importante resgatar Porto-Gonçalves (2006), com relação à região Amazônica, o qual ressalta que a diversidade cultural e a diversidade biológica não podem ser preservadas prescindindo a contribuição das populações tradicionais, visto que o legado de riqueza de diversidade biológica que a humanidade hoje dispõe tem as diferentes culturas como parte de sua contribuição. A AVIVE juntamente com a COPRONAT são exemplos de associações que tem esse cuidado com a floresta, pois sabem que o extrativismo vegetal constitui importante atividade econômica para o interior do Amazonas, mas sua utilização deve ser feita de maneira responsável. E isso pode ser percebido pelos estudantes:

“ A COPRONAT extrai sustentavelmente os óleos de algumas espécies da floresta para produzir cosméticos naturais e outros produtos. O óleo de copaíba, é coletado do tronco das árvores. Os óleos essenciais de breu, puxuri e pau-rosa são obtidos por meio da destilação a vapor, enquanto os óleos gordos de cumaru e andiroba são obtidos por meio da prensa. ” (Participante, 28 anos)

“ Os cooperados fazem palestras, ensinam os comunitários como coletar o produto sem derrubar as árvores, e doam mudas das plantas das quais eles adquirem os seus produtos, demonstrando sua preocupação com o meio ambiente, tem todo um treinamento pra eles também fazerem o beneficiamento dos produtos que são produzidos pela cooperativa. ” (Participante, 32 anos)

Como os discentes pontuaram, a aquisição de matéria-prima é feita dentro das boas práticas de extração dos PFNM, e por meio de ações formativas, os comunitários e cooperados vão aprendendo a desenvolver técnicas extrativistas de baixo impacto, onde a postura ambientalmente correta é respeitada pelos sujeitos. A esse respeito, Souza e Silva (2002), afirma que a extração de produtos não madeireiros é uma atividade fundamental para os moradores da região provedora de recursos naturais, pois permite valorizar a floresta que é

preservada em pé, ou seja, sem a derrubada das matrizes, já que a exploração madeireira muitas vezes contribui para a erosão genética das espécies de maior valor comercial, o que compromete seu aproveitamento futuro.

Partindo dessa reflexão, Porto-Gonçalves (2006) pontua que o extrativismo vegetal, baseado na exploração sustentável dos produtos florestais não-madeireiros é uma das alternativas mais consistentes ecologicamente, no que tange à conservação da biodiversidade e cobertura natural da Floresta Amazônica. Por isso, faz-se necessário a inclusão e desenvolvimento de programas voltados à extração, beneficiamento e comercialização de PFNM. Esta atividade produtiva, assim como qualquer outra, deve ter na sustentabilidade econômica e na busca de informações científicas e culturais seus pilares de sustentação.

Esses procedimentos de conservação foram percebidos nitidamente pelos estudantes no processo produtivo da COPRONAT, por meio do manejo florestal das áreas de coleta e das boas práticas de extração e manipulação dos PFNMs, que contribui para que sua cadeia produtiva de óleos e cosméticos naturais sejam desejados pelos consumidores locais, regionais e internacionais por estarem dentro de parâmetros sustentáveis. A figura 11 A e B apresenta a matéria prima em seu estado natural e a figura 12 A e B mostra o produto final:

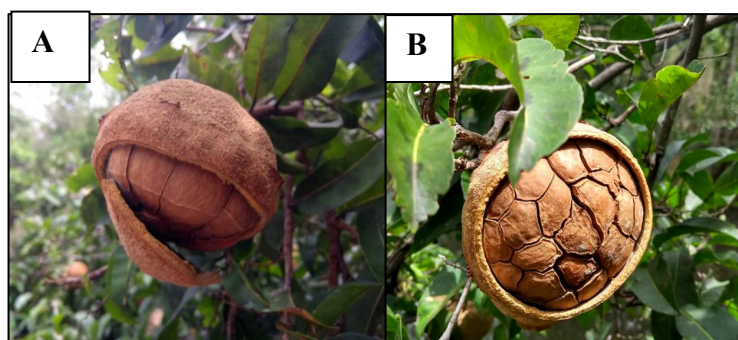


Figura 11 A e B - Macareucia em Frutificação e Macareucia madura.

Fonte: COPRONAT, 2019.



Figura 12 A e B - Velas Macareucia.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2018.

Referente ainda ao processo produtivo, a Fábrica da COPRONAT é composta pelos seguintes ambientes: sala destinada à recepção, sala de quarentena dos produtos, sala de embalagem (figura 13A), sala de pesagem, sala de higienização, sala de produção (figura 13B), banheiros, copa, armazenagem e estocagem dos produtos. Fora do prédio tem um “chapéu de palha¹²” destinado à realização de reuniões, treinamentos, tem o viveiro com

¹² É um termo regional no Amazonas utilizado para conceituar um barracão construído com pilares de madeira, o qual seu telhado é coberto com folhas de palmeira, em que as palhas são trançadas de forma a evitar a ação da chuva e do sol, tem origem na construção das malocas indígenas.

sementes e mudas de plantas das espécies utilizadas em seu processo produtivo que são doadas para as comunidades.

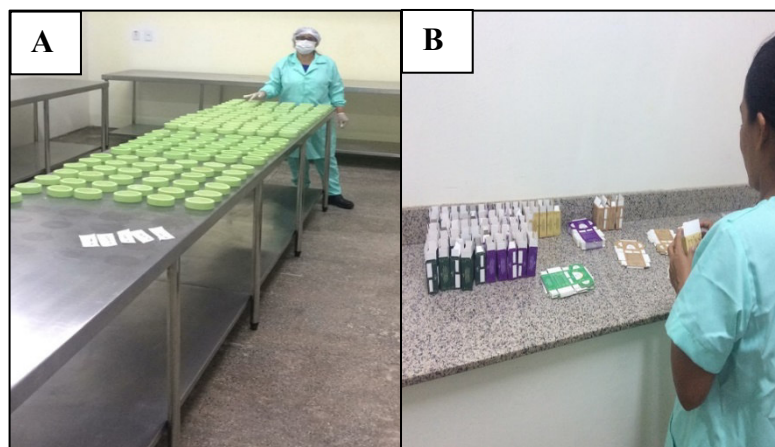


Figura 13 A e B - Sala de produção e Sala de embalagem.
Fonte: COPRONAT, 2019.

4.5 Percepção sobre Economia Solidária

4.5.1 O entendimento de economia solidária para o Técnico em Administração

Quando falamos de Economia Solidária como uma nova forma de fazer economia, estamos também dizendo que queremos novas relações sociais, culturais e política. O que, quanto e como vamos produzir; que relações de trabalho irão nortear os processos produtivos, distributivos e de consumo; qual o modelo de gestão que esperamos ter para guiar nossos processos decisórios; como queremos nos relacionar do ponto de vista do consumo, e que relação queremos estabelecer com a natureza para que possamos ter uma perspectiva sustentável de nosso empreendimento.

Referente a estas questões, verificarmos o entendimento sobre Economia Solidária, junto aos estudantes do curso Técnico de Administração na forma subsequente, e seus pontos de vista sobre esta temática. Para eles Economia Solidária é:

“ A Economia Solidária é um sistema que executa as atividades econômicas, financeiras, social, de forma que haja o desenvolvimento de um determinado local de forma coletiva e solidária. Visa o crescimento pessoal e social ” (Participante, 22 anos)

“ É um conjunto de atividades econômicas, de produção, distribuição e consumo, organizada sob a forma da autogestão, onde um grupo de pessoas (cooperados) trabalham com um único objetivo, trabalhando e colaborando uns com os outros para crescerem juntos. ” (Participante, 24 anos)

Percebemos pelo conteúdo escrito que os estudantes têm o entendimento do que seja a Economia Solidária, e que a questão do trabalho coletivo, da atividade econômica diferenciada e a autogestão estão presentes em seus argumentos. Desta forma, como aborda Aleixo (2015), é possível afirmar que a Economia Solidária contempla um modo de produção alternativo ao capitalismo, ao mesmo tempo que se revela como um movimento social. Isto,

porque não tem os resultados financeiros como único fim, mas por buscar, principalmente, um desenvolvimento humano, mantendo em harmonia o social, o político e o econômico. Este posicionamento é corroborado na afirmativa dos discentes:

“ Para mim a Economia Solidária vem ser um modo diferente de produzir, vender, trocar e comprar as coisas que são necessárias para sobreviver sem ter que explorar os outros para ganhar algo, e sim cooperando, fortalecendo o grupo, pensando no bem-estar de todos e não só em si mesmo visando o lucro, ” (Participante, 27 anos)

“ Entende-se por Economia Solidária como um meio de cooperação onde são seguidos valores, gerando um desenvolvimento igualitário para todos os envolvidos, seja uma comunidade, município ou uma nação. A Economia Solidária não vê o trabalhador como uma mercadoria, e busca o bem comum, além de ser autogestionário, no qual cada membro inserido tem o poder de articular, cooperar, opinar, discordar entre outros. ” (Participante, 23 anos)

Diante dessas opiniões, é perceptível a clara diferença entre uma economia capitalista e uma solidária. A principal diferença do modo de produção solidário é quem decide as coisas. No modo capitalista é o dono da empresa ou quem ele delega. No fazer solidário quem decide é o coletivo e não uma pessoa, o procedimento é autogestionário como colocado por eles.

No processo de produção solidário, a prioridade é garantir que as tarefas sejam feitas com qualidade e com respeito a todas as pessoas envolvidas. É preciso reconhecer que cada pessoa tem características pessoais e experiência de vida que devem ser respeitadas e potencializadas. Apesar disto, é fundamental que todas as pessoas saibam o que, e como deve ser feito. Como demonstra Pinheiro (2013), as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas solidárias, cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante como também afirmado pelos estudantes nos textos seguintes:

“ É um conjunto de atividades econômicas que visa o bem comum, é uma forma de economia humanizada, pois a Economia Solidária visa a inclusão das pessoas, de forma democrática tendo base na autogestão, diferente da economia capitalista. ” (Participante, 23 anos)

“É uma forma de exercer a atividade econômica de variadas formas que promovam o bem comum, seja da sociedade ou ambiente em que é desenvolvida tal atividade, seja do trabalhador ou da própria matéria-prima, que no sistema de Economia Solidária será aproveitado de maneira mais eficiente e igualitária em seu remanejamento e escoamento. ” (Participante, 29 anos)

Os discentes entenderam que o fazer solidário tem como valor supremo a defesa da vida em todos os seus sentidos. Não é o lucro, a acumulação de riquezas materiais ou mesmo o crescimento constante da renda das pessoas que estão no grupo que deve prevalecer, mas a visão de que o empreendimento tem uma razão cultural, socioambiental, e princípios que envolvem um posicionamento diferenciado na sociedade onde ele está inserido, como

autogestão, cooperação, a ação econômica, os quais devem ser cumpridos de forma harmoniosa e fundamentado na solidariedade.

O conceito de Economia Solidária dado por Aleixo (2015, p.23) dispõe que ela se correlaciona com a Economia Social no sentido de “evitar a separação entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação dessas três dimensões que se situa o aspecto essencial da Economia Solidária”. Extrai-se das diversas conceituações apresentadas, e da literatura investigada, que o conceito de Economia Solidária tem múltiplos sentidos, podendo ser compreendido sob a perspectiva de atividade, de programa, de movimento social ou de modelo econômico, como foi observado pelos estudantes.

É importante ressaltar também que, segundo Arroyo e Schuch (2006), a Economia Popular e Solidária é aquela que traz o desafio de promover o desenvolvimento de forma endógena, deve brotar de dentro para fora, de baixo para cima, aberta para o mundo, partindo do local para o global, mas com identidade própria, que possa estabelecer um diálogo em que o eixo é o equilíbrio, a distribuição, a justiça.

Podemos identificar no posicionamento dos estudantes, que os pontos abordados por eles são ratificados pelos autores em suas conceituações de Economia Solidária, pois quando trazem a questão de grupos ou de equipes, eles manifestam a ideia de uma economia que se estabelece a partir da associação, da cooperação, da comunhão entre os indivíduos. Uma economia que traz a reflexão ética para o desenvolvimento sustentável, que pensa a organização da sociedade de maneira horizontal, onde o trabalho não está a serviço do capital, mas do ser humano, gerando inclusão, renda, qualidade de vida e sua emancipação.

Neste aspecto, trabalhar a cultura solidária nos ambientes educacionais deve ser proposta fundante como meio de inserir os pressupostos da Economia Solidária, a fim de enfrentar a racionalidade da economia capitalista. Pois pensar a Economia Solidária é um desafio grandioso e ao mesmo tempo urgente para combater a lógica da desigualdade, e propor um padrão civilizatório mais humano.

Para isto, ter como premissa a solidariedade no sistema econômico, trazendo seus princípios, é papel estratégico para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, que seja justo, solidário e sustentável. Estes pressupostos, vem ratificar a colocação feita pelos discentes em relação ao entendimento sobre economia Solidária.

4.5.2 Economia solidária na formação do Técnico em Administração

Construir uma proposta educacional fora dos padrões da economia capitalista, é um processo desafiador para as escolas e docentes. Inserir uma visão não capitalista no currículo é uma proposta ousada em um curso de Administração, pois vai de encontro às teorias estudadas para essa formação. Segundo Kruppa (2005), vivemos a velha escola que produz e reproduz seres humanos submissos e adequados à produção capitalista.

Proporcionar esta outra visão por meio da disciplina Associativismo e Cooperativismo, trazendo a temática da Economia Solidária, foi a forma de trazer essa reflexão para a sala de aula. Proporcionar esta experiência aos educandos foi aproximá-los dos problemas e das alternativas que as comunidades amazônicas vivem e as formas de inclusão e sobrevivência encontradas frente a um sistema desigual, desumano e injusto. Apresentar a Economia Solidária os inspirou a uma desejável mudança no processo formativo, pois este seria um espaço para compreender a vida sobre outro viés econômico, e este despertar pode ser percebido em suas argumentações:

“ Ao tratarmos de Administração pensamos em concorrência, entretanto, a Economia Solidária vem mudar esse pensamento. Ao

estudarmos essa questão, começamos a pensar de modo mais humano, colocando a igualdade e a ajuda mútua em prática, pois como vimos nos noticiários e sites, a corrupção, a desigualdade está presente na vida principalmente dos gestores de nosso país. Como futuros Técnicos em Administração, devemos estudar e pôr em prática esses conceitos, assim teremos um futuro melhor e mais solidário. ” (Participante, 27 anos)

“A Economia Solidária possui valores que despertam no Técnico em Administração uma postura mais humanizada em relação ao mundo do trabalho e as pessoas, assim como saber trabalhar em equipe, ouvir opiniões dos que fazem parte da empresa e que estão envolvidas no trabalho. ” (Participante, 24 anos)

Desencadear reflexões e posicionamentos frente ao sistema vigente dentro da sistemática da administração pode promover outros olhares e ser uma via para a produção do caos na ordem do sistema capitalista e para o rompimento dos valores individualistas. Os posicionamentos dos alunos frente à experiência vivida e estudada os aproximou do cotidiano de uma cooperativa, que os levou a pensar diferente em relação à realidade dos trabalhadores e as contradições de uma sociedade que produz riqueza e miséria, mas que pode ser transformada a partir de outras práticas no mundo dos negócios.

Esta preocupação é trazida por Kruppa (2005), quando afirma que a escola não cumpre seu papel quando não discute essas inter-relações, disciplinando todos para a concorrência e a individualidade, e fragmentando o conhecimento. A autora mostra também, que a Economia Solidária vem trazer uma mudança de qualidade e de postura do sujeito diante da vida, da organização e da sociedade, pois sua proposta é baseada no rodízio das funções, o que permite que as pessoas realizem coisas que anteriormente não faziam, como por exemplo as mulheres e homens da COPRONAT que ousaram gerenciar um empreendimento solidário com os comunitários. Esta prática fez os estudantes perceberem a capacidade do ser humano em se reinventar, a aprender e ensinar, a dialogar, a praticar a solidariedade, a ter autonomia e administrar por meio da autogestão.

Essa vivência na escola, em sala de aula, e nas comunidades que existem Empreendimentos Solidários, auxiliam no processo de aprendizagem dos estudantes. E isto só é possível, conforme Kruppa (2005), se existir uma aproximação consistente, sistemática e mútua entre a escola e as experiências de Economia Solidária. Essas práticas fundadas em relações de colaboração, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, foram marcantes para os estudantes de Administração nas visitas realizadas na COPRONAT que os faz afirmar que:

“ Esse modelo de desenvolvimento, é tanto econômico e muito mais social, é relevante para aprendermos a desenvolver o espírito de cooperação, solidariedade, autogestão, respeitando as ideias, opiniões e a capacidade do próximo. Além disso, esses valores devem estar presentes independente da função ou empresa que você esteja, pois é essencial trabalhar em conjunto e cooperação ” (Participante, 23 anos)

“ A Economia Solidária vem cada vez mais crescendo, e essa experiência, faz com que nós, futuros Técnicos em Administração sejamos também solidários no pensar, no crescer e agir, e nos

aprofundar mais sobre esse assunto, visto que ela pode trazer benefícios sociais aos associados e a comunidade em que habitamos ”
(Participante, 33 anos)

Como podemos observar o ensino da autogestão segundo Gadotti (2009), é um ensino prático. Como ensinar autogestão? Estudando a teoria, mas sobretudo pelo exemplo. Não se trata apenas de oferecer cursos. Trata-se de construir valores, uma cultura juntos. Sabemos o quanto a educação é uma ferramenta essencial para esse despertar, mais ainda no contexto da Educação Profissional, pois, historicamente ela foi e é vista como uma educação bancária e tecnicista que segundo Moura (2013) esta visão se relaciona com a formação de trabalhadores para o mercado de trabalho e as exigências do modelo econômico capitalista.

Entretanto, esse conceito vem se ampliando nos últimos anos, trazendo a proposta de uma Educação Técnica e Tecnológica Integral, a qual deve proporcionar aos sujeitos uma formação ampla, contemplando os diversos saberes no processo ensino aprendizagem do cidadão trabalhador, primando na formação para o mundo do trabalho e não para o mercado. E este alcance é perceptível abaixo:

“ A Economia Solidária vem se fortalecendo cada vez mais e essa temática é, e será muito importante para minha formação como Técnica em Administração, por meio desse tipo de economia teremos uma administração mais humana, que não visa apenas o lucro, mas sim o bem-estar de todos, além da prática da autogestão, fazendo um PODC diferente, ou seja, planejar, organizar, dirigir e controlar de um modo igualitário” (Participante, 29 anos)

“ A Economia Solidária é importante em minha formação, pois o conhecimento entre a administração e um sistema cooperativista, mesclando a organização e estratégias nas ações com a autogestão e a preocupação socioambiental e cultural nos desperta para um novo sentido de gerenciar um negócio. Destacando sempre essa visão humanista e ampla, e a necessidade de se combater a desigualdade”
(Participante, 35 anos)

Frente a estas concepções, como aborda Moura (2013), podemos dizer que o aprender e o ensinar destes alunos estão diretamente ligados aos resultados de uma Educação Profissional integral, crítica, reflexiva e emancipadora, pois o aprender significativo desperta a motivação intrínseca do educando, colocando-o como construtor do seu conhecimento, por meio de um aprender ativo, onde a Economia Solidária, foi e será ferramenta no seu processo de aprender a aprender, trabalhando a criatividade, a inovação nos processos de resolução de problemas, e construção de respostas, colaborando para a ampliação do seu saber, saber fazer, pensar, repensar e construir novos conhecimentos e posturas frente ao mundo do trabalho e da sociedade.

Viver esse processo novo da Educação Profissional trazendo o trabalho coletivo de produção da Economia Solidária, é possibilitar novas formas de aprender no curso de Administração. Como pontua Kruppa (2005), que não é só a forma de produção capitalista que deve ser mudada, mas também a produção e a reprodução da vida que devem estar pautadas por novos valores. Essa perspectiva permite estabelecer a formação dos sujeitos em processos de desenvolvimento local, propondo conteúdos e práticas educativas que contribuam para a inserção dos estudantes de administração nessa outra forma de pensar o

mundo do trabalho e a lógica da produção econômica, voltadas para novos significados e possibilidades de escolha.

4.5.3 Os impactos da Economia Solidária como práxis pedagógica

De acordo com Ciavatta (2008) a sala de aula deve ser comparada a um atelier, um centro de pesquisa ou laboratório, onde o professor e o aluno estarão desenvolvendo seus saberes de forma integral. Como observa Barato (2002), a interação dos saberes na didática do ensino profissional irá oportunizar uma melhor compreensão da trama do processo de informação, conhecimento e experiência, trazendo resultados significativos na relação ensino-aprendizagem, em que o professor como mediador desse processo irá intermediar essa preparação frente a construção ou desconstrução de determinado conhecimento.

Neste contexto, trazer o diálogo sobre a Economia solidária e verificar os impactos causados por essa temática nos alunos do curso Técnico em Administração foi um atelier pedagógico relevante na produção da existência dos sujeitos participantes da pesquisa. Como pontua Saviani (2005) o conhecimento produzido na, pela e para a educação, nesse sentido, contribui para que o trabalho educativo produza, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.

Foi unânime entre eles que a Economia Solidária traz impactos na formação do Técnico em Administração. Um novo olhar, uma nova visão, um outro tipo de economia, outra forma de fazer negócios com inclusão social, autogestão, novo posicionamento em relação a economia capitalista, o olhar mais humano na forma de administrar foram opiniões pontuais nas observações dos discentes como podemos verificar:

“ Sim com certeza, a Economia Solidária traz uma visão e reflexão sobre a autogestão dentro de uma organização, algo que na Administração não é muito comum. A questão da inclusão social também é um fator de impacto. ” (Participante, 23 anos)

“ A Economia Solidária é um jeito de produzir e vender, mostrando o que podemos viver sem explorar os outros e sem querer levar vantagem, então no meu ponto de vista, esse modo de produção causa impactos na formação do Técnico em Administração, pois desperta esse novo olhar para o mundo do trabalho, e nos mostra também a busca de alternativas por meio de inovação e possibilidades de renda como uma alternativa para a diminuição do desemprego, promovendo qualidade de vida das pessoas sem que haja uma desigualdade social. Acho que é isso, eu entendi dessa maneira. ” (Participante, 27 anos)

Apesar da maioria dos estudantes ter sido educada em uma economia capitalista, é notório em suas afirmações aspectos sobre a consciência da necessidade de mudança no processo econômico vigente, e nos moldes de gestão. É explícita a questão sobre o despertar desse novo olhar para o mundo do trabalho, a preocupação quanto a inclusão social que é proposta pelo modelo solidário e o combate das desigualdades sociais.

Este pensamento dos estudantes coaduna com o de Singer (2005), quando afirma que a prática da Economia Solidária exige dos indivíduos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade, e não mais pela competição. Porém, aderir a Economia Solidária exige uma reeducação das pessoas que foram e são formadas pelo capitalismo. O

acesso a essa formação proporcionado pela disciplina de Associativismo e Cooperativismo vem contribuir para esse processo de forma pontual, onde o modo competitivo possa ser substituído pelo modo cooperativo de produção e distribuição. Esta contribuição é colocada pelos discentes:

“ Sim, a prática da Economia Solidária impacta no desempenho do Técnico em ADM. Em que traz uma alternativa inovadora, na geração de trabalho e na inclusão social. No qual implica uma nova visão de contribuição a sociedade local, uma transformação da realidade para construir uma sociedade mais solidária e justa. ” (Participante, 32 anos)

“ Sim, porque a Economia Solidária está se diferenciando dos modelos tradicionais e no que diz respeito ao caráter do profissional de administração ou que está sendo formado nela, o Técnico em Administração usa os conhecimentos da Economia Solidária e suas ferramentas para eliminar a submissão e a separação entre comandantes e comandados. Bem como a visão utilitarista sobre o trabalhador considerando recurso de produção nas empresas capitalistas. ” (Participante, 29 anos)

A pedagogia da Economia Solidária requisita a elaboração de práticas e situações que desenvolvam atividades sistemáticas para o desenvolvimento de valores humanos em seus estudantes. Percebemos a modificação de atitudes e posicionamentos dos educandos quando adotamos atividades que primava pela cooperação e não pela competição, práticas de ajuda mútua, como fazem os jogos cooperativos, que de acordo com Singer (2005), o que importa é o sentimento que surge com as práticas solidárias.

Segundo esse autor, tanto dando, quanto recebendo ajuda, o que o sujeito experimenta é a afeição pelo outro, e este sentimento, para muitos é muito bom, pois a felicidade é experimentada toda vez que se coopere, independente do resultado. Os estudantes despertaram sua consciência para este sentimento, quando tiveram a experiência vivenciada na cooperativa, o cenário desta pesquisa. Esta opinião é apresentada pelos estudantes em seus argumentos:

“ Com toda certeza traz impacto, como foi abordado em sala de aula, pois trata-se de uma ciência voltada para o princípio da solidariedade. Possuir um olhar mais humano torna o “administrar” mais prático, facilitando a gestão e qualquer prática. Como por exemplo, uma empresa autogestionária não se limita em uma só pessoa liderando, mas em um grupo de pessoas que pensam no bem-estar geral da organização. O pensamento coletivo facilita na conquista dos objetivos da instituição/organização. ” (Participante, 22 anos)

“ A prática da Economia Solidária traz impactos sim para os Técnicos Administrativos: pois a Economia Solidária vem se desenvolvendo cada vez mais para estruturar nova maneira de empreender e gerar renda e empregabilidade, e vem ganhando espaço no mercado focando no desenvolvimento, causando impactos positivos não só para os Técnicos Administrativos, mais também

para a sociedade pois eles são elementos fundamentais para buscar equilíbrio entre o social e o econômico, incorporar o progresso técnico, racionalizar e organizar. Com isso é possível pensar em diferentes modelos de negócios que tenham como princípio a Economia Solidária. ” Participante (Participante, 30 anos)

Com base na perspectiva de Singer (2005), os que se formam em um meio em que prevalece a Economia Solidária vivem desde cedo situações definidas por comportamentos recíprocos de ajuda mútua. Aprenderão que as pessoas diferem, mas que essas diferenças provêm do meio e da educação; que ninguém é tão forte que não precise do auxílio dos outros e que a união faz a força. Como vemos nas palavras dos discentes, o equilíbrio e os benefícios proposto pela economia solidária os fez perceber a importância dessa formação para seu curso, e as variadas formas da Economia Solidária possibilitam aprendizados multifacetados. pois, não há qualquer ramo de atividade que não possa ser organizado de forma solidária.

A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando-a. Mas seus valores fundamentais precedem sua prática. (SINGER, 2005). Ela possui um componente educativo extraordinário.

Desta forma, trabalhar a Educação Profissional para a cooperação e para a autogestão é oportunizar que os estudantes do curso Técnico em Administração compreendam esse tipo de empreendimento, como forma de administrar uma empresa com base em uma economia incluyente. Vale ressaltar também, que este tipo de formação é um desafio para a Educação Profissional Técnica e Tecnológica, pois produzir este tipo de conhecimento e fortalecer a unidade entre trabalho, ciência, cultura e Economia Solidária, por meio da proposta de uma formação humana, aos nossos discentes implica em reescrever a história formativa dos cidadãos trabalhadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos, nesse momento, fazer uma breve retrospectiva do percurso que fizemos ao refletirmos sobre o ensino da Economia Solidária, enquanto uma alternativa formativa para os alunos do curso Técnico em Administração na Forma Subsequente e avaliar se esse estudo pode contribuir para sua formação profissional.

Desta forma, buscamos ampliar e compreender sua percepção, e a resignificação do seu próprio saber e na sua forma de ver o mundo para além da visão da economia capitalista. Para tanto, construímos o referencial teórico para subsidiar nossas reflexões acerca da Economia Solidária desde seu surgimento e os fundamentos basilares, passando pelas diferentes modalidades dos empreendimentos solidários, abordando sobre o cenário da Economia Solidária no Amazonas, para então direcionar nossas discussões para a Economia Solidária como práxis pedagógica.

Tratamos dos acontecimentos desde a revolução industrial, caminhando pelos socialistas utópicos, até chegar às concepções dos autores que discutem esta temática como Singer (2005), Gadotti (2009) França Filho (2009) Laville (2009) e Haddad (2005). Partindo para as definições do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), vimos também os princípios que a norteiam e as principais características dos empreendimentos que são configurados como solidários.

Com esses fundamentos identificamos as modalidades de cooperativas, que também seguem uma série de princípios que decorrem dos valores e das características que fundamentam a Economia Solidária, embora nem todas as cooperativas sejam construídas dentro dos moldes solidários. Trouxemos os conceitos do associativismo, já que as associações também podem se enquadrar no modelo de Empreendimento Solidário. Expusemos também as diferenças na natureza e finalidade dos dois processos de organização tanto cooperativa quanto associativa, para a melhor adequação de um ou outro modelo, já que a primeira é mais adequada para desenvolver uma atividade comercial, enquanto a segunda atividade social. Pontuamos ainda, as vantagens deste tipo de organização.

Diante disso, foi necessário trazer um estudo da Economia Solidária para o Estado do Amazonas a fim de podermos vislumbrar como se dá esta realidade no contexto local no qual identificamos um segmento expressivo de empreendimentos solidários, apesar das dificuldades logísticas da região. Outro ponto importante foi detectar que a maioria desses empreendimentos está localizada na capital do Estado e em seu entorno, devido às peculiaridades e desafios dos municípios em ter acesso através dos meios de transporte para escoamento de sua produção, e acesso as agências e instituições de fomento. Seus principais segmentos são na área de produção, comércio e agropecuária, sendo que sua principal atividade econômica é por meio da agricultura familiar, do artesanato, e de algumas atividades tradicionais da região através de produtos originários da floresta.

Para relacionarmos as questões do ensino da Economia Solidária para os estudantes de Administração, trouxemos esta temática configurando a práxis pedagógica, para a partir das experiências vividas em sala de aula e na COPRONAT desenvolvermos novas práticas à luz desses conceitos e dessa pedagogia. Haja vista, que a construção da Economia solidária só é possível por meio de sua vivência. Neste sentido, a prática pedagógica articulada ao que propõe o Projeto do Ensino Integrado, tendo o trabalho como princípio educativo, mostra que o ensino articulado ao trabalho real e vivido pelos alunos contribui para uma formação humana transformadora. Foi pensando a partir dessa realidade vivenciada na cooperativa foco

da pesquisa, e nas atividades em sala de aula que os estudantes perceberam a relevância do estudo sobre a Economia Solidária em sua formação.

A partir do processo de autogestão, organizacional e produtivo da COPRONAT, foram pontuadas questões da visão da autogestão pelos discentes e sua visão sobre o processo produtivo da cooperativa. Foi identificada a percepção da Economia solidária pelos estudantes, e seus impactos como práxis pedagógica. É importante salientar, que assim como os educandos a pesquisadora também obteve significativo aprendizado e conhecimento nesse processo formativo, ampliando seu olhar como docente por meio desta prática pedagógica no fazer da administração em sala de aula e fora dela.

Quando analisamos a questão da autogestão, os estudantes viram neste modelo de gestão uma forma compartilhada de gerenciar o negócio de maneira conjunta, com uma visão compartilhada do trabalho, dos resultados, unindo forças e evitar a competição. Reconheceram que na cooperativa ninguém é dono exclusivo do negócio, mas o empreendimento é responsabilidade de todos, e que a equipe é que decide por meio da assembleia geral. Pontuaram também que a autogestão é um modelo que pode ser utilizado em qualquer tipo de empreendimento, além da possibilidade da participação igualitária, onde tudo é decidido de forma coletiva.

Os estudantes avaliaram positivamente o processo produtivo da COPRONAT, destacando a importância de sua cadeia produtiva de óleos de espécies da Amazônia como Andiroba, Breu, entre outros produtos, para o fortalecimento das comunidades, por envolver o processo de mapeamento, extração, armazenamento, transporte e comercialização dos produtos de forma sustentável, todos dentro dos parâmetros de manejo florestal. Perceberam nesse processo que além da questão econômica, as questões socioambientais são fatores essenciais para a cooperativa, pois não agredem a floresta em seu processo produtivo.

Durante a pesquisa o conhecimento sobre a Economia Solidária foi sendo construído e bem como a compreensão de seu significado como um modo diferente de produzir, vender, trocar, e comprar, pensando no bem-estar de todos e não apenas em si mesmo e no lucro. Foi possível identificar no posicionamento dos estudantes a sua compreensão da importância do ensino da Economia Solidária para sua formação, e para o curso Técnico em Administração.

Despertar essa reflexão foi gratificante, pois verificamos por meio de seus posicionamentos e afirmativas o impacto formativo dessa experiência, onde os conhecimentos sobre Economia Solidária fizeram repensar a forma de ver o mundo do trabalho pelo viés da solidariedade, onde descobriram outra forma de fazer economia, possibilidades de gerar renda e qualidade de vida a partir da realidade dos povos amazônicos. Percebemos que os discentes estão conscientes da necessidade de mudança no processo econômico vigente que é excludente, e concentra a riqueza nas mãos de poucos, e que é necessário buscar alternativas mais humanas na gestão das empresas, de forma a contribuir com a comunidade local, gerar empreendimentos sustentáveis e profissionais empoderados solidariamente, e que sabem que para crescer profissionalmente não precisam excluir o outro.

O ensino da Economia Solidária como práxis pedagógica, por meio da experiência concreta na COPRONAT, foi fundamental para despertar a reflexão na formação social e econômica dos estudantes do curso Técnico em Administração e da pesquisadora. A vivência promoveu o repensar dos valores humanos e profissionais, promovendo um conteúdo político-pedagógico emancipatório. Além da visita técnica, propomos ações formativas por meio das atividades como o Chá Científico, em que nos reuníamos uma vez por semana e os estudantes e pesquisadora estudavam os artigos e livros com a temática da Economia Solidária e no final dos estudos tomávamos chá e saboreávamos alguns quitutes que foram trazidos e partilhados de forma colaborativa.

Trabalhamos a roda de conversa junto aos discentes com base nos estudos realizados no chá científico, também utilizamos documentários e vídeos com depoimento de pessoas que

participavam de empreendimentos solidários, que relatavam suas experiências proporcionando bons debates em sala de aula. Desenvolvemos algumas atividades por meio do trabalho em equipe onde os estudantes criaram de forma fictícia cooperativas solidárias de várias modalidades, e o desafio da fábrica de envelopes, a qual os alunos deveriam realizar a estratégia de produção de forma cooperativa, com a finalidade de perceberem a importância um do outro nesse processo. Essas ações tiveram resultados satisfatórios, pois possibilitaram a ampliação dos conhecimentos dos sujeitos envolvidos nesta prática pedagógica.

Tais reflexões colaboram para a nossa auto avaliação, a partir de nossa práxis pedagógica, em direção da necessidade de uma formação contínua, que seja capaz de valorizar os desafios presentes no cotidiano escolar em função da necessária renovação do ensino que privilegie processos vivos da investigação na sala de aula para que, tanto professor quanto aluno construam sua identidade de sujeitos epistêmicos no movimento permanente de construção do saber.

Vale registrar que pretendemos retornar na cooperativa investigada e na comunidade acadêmica do IFAM/CITA e proporcionar um momento de reflexões coletivas com o resultado da presente investigação, de modo a socializar, com os principais interessados, que é possível criarmos condições mais significativas à aprendizagem, a partir dos estudos sobre a nossa própria prática.

Para encerrar essa pesquisa trazemos uma poesia do poeta amazonense Celso Braga em forma de uma linda homenagem que a empresa Natura ofereceu à AVIVE/COPRONAT por seu trabalho na floresta que é realizado com primor e resistência por meio dos seus conhecimentos tradicionais, demonstrando que homem e natureza podem viver em harmonia, que o primeiro é tão parte desse Bioma quanto a árvore do Breu, da Andiroba, do Pau-rosa, do Cumaru e da Macarecuia.

Breu (Celso Braga)

Resina de luz, terra e semente, o Breu tem a sina de avivar
a vida que floresce na floresta
com o dom benfazejo de curar.
Qual sândalo, perfuma quem o fere, consciente autoproteção
do cerne ferido do seu tronco
brota essência, flor do coração.
A mão generosa que recolhe
a seiva fluída da sangria, eterniza a memória, o legado,
da dor transformada em alegria.
Salve o Breu das fendas das canoas,
primazia do óleo essencial,
Avive na alma a luz do cuidado
e o respeito à cultura ancestral.

Lembrando Ted Perry¹³, inspirado no Chefe Seattle, deixo a mesma mensagem utilizada por ele no início de seu livro para os estudantes do Curso Técnico em Administração como um mantra sagrado para seu viver no mundo do trabalho e na sua vida:

“Isto sabemos.

Todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família...
Tudo o que acontece com a Terra, acontece com os filhos e filhas da Terra.
O homem não tece a teia da vida; ele é apenas um fio.
Tudo o que faz à teia, ele faz a si mesmo”.

¹³ Capra, Fritjof. A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

6 REFERÊNCIAS

- ALEIXO, A. S. M. D. F. **Da economia social para a economia solidária**. 2015. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11388>. Acesso: 29 ago. 2018.
- ANDION, C. A Gestão no Campo da Economia Solidária: particularidades e desafios. RAC, v. 9, n. 1, Jan./Mar. 2005 - **Revista de Administração Contemporânea** Online version ISSN 1982-7849. Disponível em www.scielo.br/pdf/rac/v9n1/v9n1a05.pdf. Acessado: 02 jun.2017.
- ANTONIALLI, L. M. **Modelo de gestão e estratégias: o caso de duas cooperativas mistas de leite e café de Minas Gerais**. 2000. 163 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ARAUJO, R. M. de L; Rodrigues, D. S. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.36, n.2, maio/ago. 2010.
- ARAUJO, R. M. de L; Frigotto, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá; Schuch, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BARATO, J. N. Escritos sobre tecnologia educacional 7 educação profissional. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- BENATO, J. V. A. **O ABC do cooperativismo**. São Paulo: Ocesp-Sescoop-SP, 2002
- BOESCHE, L. **Fidelidade cooperativa: uma abordagem prática**. Curitiba, Ocepar, SESCOOP-PR, 2005.
- CARDOSO, UnivaldoC. **Associação**. / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, ÉdnaRabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília : Sebrae, 2014.
- Carta de Princípios do Fbes – Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <http://base.socieco.org/docs/carta-de-principios-do-fbes.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2018.
- CENZI, Neri Luiz. **Cooperativismo: desde as origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro**. Curitiba: Editora Juruá, 2009.
- CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v.3.n.3, 2008.
- CONNELLY Y CLANDININ. **Relatos de experiência e investigación narrativa**. In: LARROSA, J. Déjame que te cuente – Ensayos sobre Narrativa y Educación. Barcelona. Laertes, S.A. de Ediciones, 2008. p. 11-59.

CRUZ, G. J. S. ; RAMOS, E. S. . **Distribuição espacial dos empreendimentos de economia solidária no Amazonas**. In: VI Conferência Internacional de Pesquisas e Estudos sobre Economia Social e Solidária, 2017, Manaus.

CRÚZIO, H.O. Como organizar e administrar uma cooperativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. (Coleção FGV Prática).

DEMO, P. Pesquisa participante: saber, pensar e intervir juntos. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Non-wood forest products for rural income and sustainable forestry. Roma: FAO, 1995. 127p. (FAO technical papers - Series Non Wood Forest Products, 7).

FRANÇA FILHO, G; LAVILLE J. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G; **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular**: traçando fronteiras conceituais. In Bahia Análise e Dados. Salvador: SEI/Governo da Bahia, v. 12, n. 1, Jun/2003.

FREIRE, P. **A mensagem de Paulo Freire**: textos de Paulo Freire selecionados pelo INODEP. São Paulo, Nova Crítica, 1977.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 28º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005 (1979).

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a educação emancipadora. **Revista Perspectiva**, Florianópolis: Ed. UFSC, v. 19, n. 1, p.71-87, jan./jun., 2001

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo; Cortez, 2008.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Ed. Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo, Cortez, 2011.

GOMEZ, Gregório R; FLORES; Javier G.; GIMENEZ, Eduardo G. Metodologia de La investigación cualitativa. Granada:Ediciones Aljibe, 1999.

GUTIERREZ F. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 2003.

HADDAD, F. **Hay que ser solidário pero sin perder la combatividad jamás**. In: MELLO, S. L. de (Org.). **Economia Solidária e autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005. 22-28 p.

HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LAGARDE, Marcela. **Género y Feminismo: desarrollo humano y democracia**. Madri: horas & horas, 1996

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LE TOURNEAU, F. M.; GREISSING, A. A quest for sustainability: Brazil nut gatherers of São Francisco do Itatapuru and the NNatura Corporation. **Geographical Journal**, v. 176, p. 334-349, 2010.

MARINS, Luiz Almeida. **Ninguém é empreendedor sozinho: o novo Homo habilis**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MENESES, Antônio. **Cooperativismo para as Escolas de II Grau**. Brasília, OCB, 1992. BRASÍLIA, OCB, 2004

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. O que é Economia Solidária? Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>. Acesso em: 26 abr. 2018.

MORAES, R. e GALIAZZI, Maria do C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORSELLO, C. Company-community non-timber product deals in the Brazilian Amazon: a review of opportunities and problems. *Forest Policy and Economics*, 2006, p. 485-494.

MOTTA, F, C. P. **Teoria das Organizações: evolução e crítica**. 2ª Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. 369

MOTTA, F, C. P; VASCONCELOS, I. F. G. de. **Teoria Geral das Organizações**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MOURA, D. H. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. **Holos**, Natal, v.2, p.1-27, 2013.

MOURA, M; MEIRA, L. Desafios da Gestão em Empreendimentos Solidários. **Bahia Análise e Dados**, v.12, n. 1, p.112-132, jun./ago, 2002.

NASCIMENTO, C. A. T. do. **A força do trabalho cooperativo em Manaus**. Manaus: Edua, 2013.

OLIVEIRA, P. de S., 2005. **Cultura solidária, um aprendizado sem fim**. In: MELLO, Sylvia Leser de (org.). *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: Nesol/USP.

PINHEIRO, D. C. **Economia Solidária: Uma Revisão Teórica a Partir dos Seus “Múltiplos” Conceitos**. *Revista NAU Social*, v. 3, n. 5, p. 85-105, 2013. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/_index106.pdf. Acesso: 30 ago 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAMOS, M. N. **Possibilidades de construção de um currículo integrado de ensino médio técnico**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, E. da C. **Transversalidade e áreas convencionais**. Manaus: Edições UEA / Editora Vozes, 2008.

SANTOS, B. de S. et. al. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. RJ: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, José R. N. S. N. **Mulheres na Economia Solidária no Brasil: Um estudo sobre empoderamento feminino no trabalho**. (ENCE/IBGE), 2018. Disponível em <http://www.alapop.org/Congresso2018/PDF/Poster/0490a.pdf>, acesso em maio de 2019.

SANTOS, I. C.; RODRIGUEZ; RODRIGUEZ, M.V. Evolução do modelo de gestão. In: IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão, **Responsabilidade socioambiental das Organizações Brasileiras**. Niterói, RJ, 2008, p.1-17.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações**. 9 ed., Campinas, Autores Associados, 2005.

SAVIANI, D. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos**. **Revista Brasileira de Educação**, Campina, v.12, n.32, p. 52-180, jan./abr.2007.

SEBRAE, **O que é uma cooperativa e seus ramos de atuação**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/>, acesso em março de 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **A economia solidária como ato pedagógico**. In: Kruppa, Sonia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e de adultos**. Brasília: Inep/MEC.2005.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2002.

SOUZA, L.A.G.; SILVA, M.F. Bioeconomical potential of Leguminosae from the Negro river, Amazon, Brasil. In: **Conservación de biodiversidad en los andes y la Amazonia**. Inka, 2002. Proceedings... Cuzco, 2002, p. 529-538.

VEIGA, L. da (1985). Educação, movimentos populares e a pesquisa participante: algumas considerações. In F. R. Madeira & G. N. Mello. **Educação na América Latina: os modelos teóricos e a realidade social** (pp. 187-202). São Paulo: Cortez & Autores Associados.

XAVIER, Eudes. **Economia solidária no Brasil: uma outra economia acontece**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

Zabalza, Miguel A. **Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional**; tradução Ernani Rosa. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

7 ANEXOS

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Projeto: O ENSINO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO NA COOPERATIVA DE PRODUTOS NATURAIS DA AMAZÔNIA – COPRONAT – NO MUNICÍPIO DE SILVES/AMAZONAS

Pesquisador: Ellen Silva de Oliveira Marques

Pesquisador responsável (professor orientador): Monica Aparecida Del Rio Benevenuto

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar.

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo:

- Avaliar como o estudo sobre economia solidária realizado com os estudantes do Curso Técnico em administração, tendo como objeto de investigação a COPRONAT, pode contribuir para a sua formação profissional.

O(s) objetivo(s) específico(s) deste estudo é:

- Identificar os conceitos que embasam a economia solidária, analisando seus fundamentos e aplicações;
- Conhecer a realidade da cooperativa de produtos naturais da Amazônia
- Promover o conhecimento dos discentes sobre o processo de autogestão, organizacional e produtivo de uma cooperativa solidária de produtos naturais da Amazônia;
- Analisar se os discentes percebem se a prática da economia solidária traz impactos à formação do técnico em administração.

Procedimentos do estudo (quais instrumentos serão utilizados? Se terá gravação, vídeos, fotografias etc.):

O percurso metodológico será pautado na pesquisa participante, centrada na abordagem qualitativa e na utilização das técnicas da observação participante, registrada em diário de campo, entrevista semiestruturada e a roda de conversa que serão registradas por meio de gravação e fotografias. Para tanto, se combinará as diversas ferramentas na busca pelo entendimento da realidade estudada, que sejam capazes de capturar observações sobre tais dimensões nas fases distintas da investigação, na perspectiva de adquirir informações que sejam pertinentes à pesquisa.

Riscos e benefícios:

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Toda pesquisa envolvendo seres humanos, envolve riscos. Os riscos envolvendo os sujeitos dessa pesquisa apresentam risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, constrangimento em responder alguma pergunta ou outros riscos não previsíveis. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa assiná-lo.

Esta pesquisa poderá trazer contribuições científicas e sociais importantes para a região do médio Amazonas. Enfatizamos sua relevância para o debate acadêmico e na releitura da realidade amazônica, oportunizando a dialogicidade com diversas ciências, ressignificando o saber e a forma de ver o mundo.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo:

Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar. Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Confidencialidade:

Os dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e o material e as suas informações (fitas, entrevistas etc.) ficarão guardados sob a responsabilidade dos mesmos. Os resultados deste trabalho poderão ser utilizados apenas academicamente em encontros, aulas, livros ou revistas científicas.

Eu, _____ RG _____, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Itacoatiara, _____ de _____ de _____.

Participante

Orientadora

Pesquisadora

Se persistir alguma dúvida, entre em contato com o Coordenador da pesquisa:

Nome: Monica Aparecida Del Rio Benevenuto

Telefone: 21 99339-3775

e-mail: monicadelrio@uol.com.br

Anexo B - Roteiro de Entrevista

1- Identificação do Informante

- 1.1- Idade _____ Masculino () Feminino ()
- 1.2- Procedência/origem: _____ Tempo que mora na comunidade: _____
- 1.3- Tempo que participa da Cooperativa: _____
- 1.4- Escolaridade: _____
- 1.5- Atividade na COPRONAT: _____

2- Sondagem Específica

- 2.1- Como nasceu a Associação Vida Verde da Amazônia? Quantos associados?
- 2.2- Porque foi criada a COPRONAT? Quantos cooperados?
- 2.3- Quais produtos são produzidos e vendidos pela cooperativa?
- 2.4- Quem são os clientes e parceiros da COPRONAT?
- 2.5- De onde vem a matéria-prima para elaboração dos produtos e quais os principais insumos não-madeireiros da floresta utilizados na cooperativa em sua produção?
- 2.6- Qual a forma de organização e administração da cooperativa, e quais os trabalhos que os membros da COPRONAT realizam?
- 2.7- Que benefícios você percebe para o cooperado e para a comunidade depois da criação da AVIVE e da COPRONAT?